REVISTA DA ANPEGE. V. 18. Nº. 37, ANO 2022 E-ISSN: 1679-768X
DOI 10.5418/ra2022.v18i37.16670

"O MUNDO E A GEOGRAFIA ESTÃO, AMBOS, EM UMA ENCRUZILHADA": ENTREVISTA COM MARCELO LOPES DE SOUZA

Entrevistado por:

Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves
Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Editor da Revista da ANPEGE

214



Fig. 1: Marcelo Lopes de Souza durante palestra no XXX Encontro Estadual de Geografia em Erechim (RS), em 2011 (foto: Wagner Cardoso).

Marcelo Lopes de Souza é, atualmente, Professor Titular no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Pesquisador 1A do CNPq. É autor ou coautor de treze livros e organizador de quatro outros, além de ter assinado inúmeros artigos e capítulos de livros, publicados no Brasil e no exterior. Entre os prêmios que recebeu por seu trabalho científico estão o Prêmio ADLAF, da Sociedade Alemã de Pesquisas sobre a América Latina, em 1994, por sua tese de doutorado (publicada na Alemanha), e o Prêmio Jabuti, categoria Ciências Humanas e Educação, em 2001, por seu livro *O desafio metropolitano*. Marcelo pertence ao seleto grupo dos 2% de cientistas brasileiros mais citados, incluindo todas as áreas do conhecimento, segundo o AD Scientific Index 2022.

Onde e como tudo começou

Ricardo Assis Gonçalves: Inicialmente, gostaríamos que você nos falasse sobre sua origem e formação, bem como sobre o que lhe levou aos caminhos da Geografia (e para onde os caminhos da Geografia te levaram...).

Marcelo Lopes de Souza: Sou filho de um operário da indústria têxtil e de uma "dona de casa" (que havia trabalhado como secretária até o meu nascimento, tendo, depois disso, largado o emprego). Meus pais se mudaram várias vezes, mas os lugares onde morei por mais tempo, até sair do Brasil para fazer o doutorado na Alemanha (em 1989), foram Anchieta (um bairro da periferia do Rio de Janeiro), em um loteamento irregular, e Cachambi (no chamado "subúrbio" carioca), em um conjunto habitacional. Minha infância e minha adolescência foram, do ponto de vista material e sob o ângulo cultural, um tanto

peculiares: apesar de morar em bairros populares, em meio a uma classe trabalhadora pobre e, em grande medida, ligada à economia informal, meus pais não eram nem um pouco típicos. Meu pai, nascido em 1920, era um operário especializado, que, depois de uma infância muito pobre em Madureira (outro bairro do "subúrbio" do Rio), começou cedo, com quinze anos eu acho, a trabalhar em uma fábrica; porém, por ser muito inteligente, um leitor voraz e dotado de enorme curiosidade, se interessou por aprender inglês para entender os manuais técnicos das máquinas de fiação e tecelagem (que eram nessa língua), destacando-se no emprego (embora isso pouco tivesse repercutido sob a forma de aumento salarial...). Além disso, vaidoso, comprava ternos para ir a óperas no Theatro Municipal − ele adorava, entre outros gêneros musicais, música clássica, óperas aí incluídas com destaque −, memorizando trechos inteiros de árias em italiano. Na verdade, grande parte da cultura dele (que, formalmente, só havia estudado até o equivalente aos primeiros anos do fundamental, e que na época era chamado de "curso primário"), vinha da leitura de literatura de esquerda, que ele, já bem cedo, começou a ler, como simpatizante do PCB. Sua cultura histórica era imensa, e isso me impregnou e influenciou muito, assim como o ateísmo dele. Sua cultura literária, porém, era muito limitada, e aí entrava a minha mãe, que lia muita prosa e poesia (e compôs muitos poemas). O português dela, que só havia completado o equivalente ao nosso ensino fundamental (o que já era bem mais que os três ou quatro anos de estudo do meu pai), era muito bom, e com ela aprendi a valorizar enormemente o domínio da língua. Sua força moral era, além disso, impressionante − e tinha de ser, já que meu pai, que quase certamente era bipolar, era uma pessoa extremamente difícil de se conviver a maior parte do tempo −, e sempre causou em mim grande admiração. Além disso, posso também dizer que meus tios e tias eram, tanto pelo lado paterno quanto pelo lado materno, todos de origem humilde; mas todos, ou quase todos, incentivavam grandemente que os filhos estudassem. Daí eu ter tido vários primos que fizeram curso superior, e inclusive uma prima (filha de meus tipos prediletos), bem mais velha que eu, que fez doutorado na Inglaterra e tornou-se professora no Instituto de Bioquímica da UFRJ. Essa é, em resumo, a minha origem familiar: uma família proletária, mas um tanto incomum.

A Geografia começou a entrar na minha vida bem cedo, de maneira talvez indireta, no início. Já com dez ou onze anos eu adorava ler e me informar sobre conteúdos históricos e geográficos, mas as minhas principais paixões intelectuais foram, já com doze, treze anos, Astronomia e Física (e, até certo ponto, Matemática). Durante um bom tempo, até os meus quinze anos, cultivei a ideia de virar astrônomo ou, para ter melhores chances de conseguir um emprego, talvez físico (mas sempre com um olho voltado para a Astronomia; cheguei a improvisar um observatório astronômico na casa onde morava, em Anchieta, montando, com a ajuda de meu pai, um arremedo de telescópio refletor). Eu lia sofregamente livros de História (biografias de líderes políticos, obras sobre História Militar e Política, como *Os dez dias que abalaram o mundo*, de John Reed, sobre a Revolução Russa, que meu pai tinha); também consumia muita informação que, de um jeito direto ou não, era densa de "geograficidade", como *Os sertões*, de Euclides da Cunha, e mais um montão de livros de literatura e outros assuntos. Mas eu não pensava, até os quinze anos, em nada disso como minha futura profissão. Quando minha mãe me levou, com doze anos, até a Biblioteca Nacional (dizendo-me, logo na entrada: "você já conhece o caminho, agora é com você!"), durante muito tempo eu lá fui para buscar, principalmente, livros sobre Astronomia, Astronáuti-

ca, ficção científica... Com quinze anos, porém, tudo começou a mudar rapidamente. Tive um excelente − entusiasmado e entusiasmante − professor de Geografia no primeiro ano do ensino médio, Lino Tadeu de Oliveira Pires, e ali se descortinou, diante dos meus olhos, como que um novo mundo. Ouvi, pela primeira vez, falar de Humboldt, de Ritter... "Geopolítica", recordo bem, foi um termo que me marcou, e funcionou como um ímã, costurando meu interesse por política (e por guerras, revoluções...) com a minha crescente atenção para com as características do espaço geográfico. Também foi naquele momento que ouvi falar em Herbert Marcuse pela primeira vez, que morreu em 1979. Lembro de Lino Tadeu arrasado, falando com os alunos, durante uma aula, sobre Marcuse (que morrera dias antes) e seu papel galvanizador dos estudantes insurgentes de fins da década de 1960. Para mim, até aquele momento, pensamento de esquerda eram apenas Marx, Lênin... Enfim, a "velha guarda" do marxismo revolucionário, que eram os nomes que apareciam nas conversas com meu pai e nos livros que ele possuía. A partir dali, busquei, junto a várias fontes, diversificar o meu conhecimento do pensamento crítico − que permaneceria, ainda por vários anos, restrito ao marxismo. Eu já estava na graduação quando topei com o pensamento libertário (anarquistas clássicos e, sobretudo, Cornelius Castoriadis), o que me levaria a repensar radicalmente certas ideias (o papel do Estado e dos partidos, os agentes e a dinâmica da mudança social emancipatória, e por aí vai) e a rever umas tantas convicções e posições (como a minha aproximação com o trotskismo). Mas aqui eu já estou falando de meados dos anos 1980; pulei, justamente, o segundo fator decisivo que me levou a estudar Geografia, que foi o meu encontro com Orlando Valverde. Vamos voltar ao ano de 1981...

No início de 1981, com certeza, eu já tinha a firme intenção de prestar vestibular para Geografia, apesar da oposição do meu pai, que queria que eu prestasse para Engenharia (ele me dizia, preocupado, com evidente e intencional exagero, que eu iria "morrer de fome"...). Além da Biblioteca Nacional, eu já tinha passado a frequentar, igualmente, a Biblioteca do IBGE, também no Centro do Rio de Janeiro. E foi lá que conheci um livro que me impressionaria muito: *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Trata-se de uma coletânea de ensaios da autoria de Leo Waibel, geógrafo alemão que, fugindo do regime hitlerista (por ser casado com uma judia e ter convicções incompatíveis com o nazismo, mesmo sem ser ele propriamente de esquerda), havia sido proibido de lecionar e praticamente empurrado para fora de seu país. Depois de uma estada nos Estados Unidos, veio ele parar no Brasil, a convite do IBGE; e foi ali que, durante os anos em que permaneceu em nosso país, o jovem geógrafo Orlando Valverde tornou-se seu assistente e discípulo dileto. Os ensaios de Waibel me interessaram bastante, em especial as suas discussões sobre a natureza da Geografia Agrária e sobre o modelo de Von Thünen e sua aplicabilidade. Mas o que realmente me arrebatou foi o prefácio ("Apresentação da 1ª edição"), assinado por Orlando (que também foi o responsável pela edição da obra, publicada pelo IBGE em 1958, vários anos após a morte de Waibel, que viria a falecer na Alemanha em 1951). Esse prefácio é, muito mais que uma apresentação da obra e um pouco da vida e do caráter de Waibel, quase uma ode à Geografia e ao papel do geógrafo. É interessante que, mesmo sendo dono de um estilo bastante equilibrado, tanto falando quanto, principalmente, escrevendo (os "arroubos", se assim se pode dizer, eram como que calculados para cativar pontualmente a atenção da audiência e dar um certo colorido ao discurso), Orlando nos oferece, no referido prefácio, momentos de grande densidade emocional e ética, como quando, inspirado em

Waibel, sentencia, na pág. 13: “A personalidade do sábio é indivisível. Não se pode distinguir o homem de ciência do homem de caráter, tão profundamente interligados estão um e outro.” Em poucas páginas, Orlando Valverde faz muito mais que introduzir uma coletânea de escritos de Leo Waibel: ao falar sobre a vida, a obra e o estilo de trabalho de seu mestre, ele descortina, de um jeito fascinante, a essência do “espírito geográfico”, tal como visto e concebido pelos clássicos.

Um pouco antes de topar com o livro de Waibel e, consequentemente, com o prefácio que tão vivamente me havia impressionado, eu já conhecera, na mesma biblioteca do IBGE, o primeiro volume do livro *Geografia Agrária do Brasil*, de 1964, de autoria do próprio Orlando (o segundo volume, justamente aquele dedicado aos pormenores das estruturas agrárias e à reforma agrária, nunca chegou a sair publicado, devido ao golpe militar de 1964). Lá pelas tantas, diante do meu visível e crescente interesse pelos trabalhos de Orlando, disse-me o bibliotecário, Prof. Nísio, que ele, Orlando Valverde, era uma pessoa muito acessível, e que qualquer hora eu iria acabar encontrando com ele, pois ele frequentava muito a biblioteca. Porém, as semanas se passaram, e nada...Tive, então, um estalo: por que não escrever uma carta ao autor, endereçando-lhe algumas das questões que, na época, povoavam a minha cabeça de jovem secundarista que queria ser geógrafo, mais especificamente dedicado à Geografia Agrária? Pois foi o que fiz, apesar de toda a minha timidez. Mesmo sem grande esperança de receber uma resposta, escrevi a tal carta, e − para minha surpresa e grande deleite − recebi não só uma longa resposta escrita à mão, mas, ainda por cima, algumas separatas de artigos seus. Nem preciso dizer que exultei de alegria. Passada a euforia inicial, me assanhei: resolvi telefonar! Como não tínhamos telefone em casa, tive de ligar de um telefone público (um “orelhão”). Do outro lado da linha, um senhor extremamente simpático e brincalhão veio ao telefone e, como alguém que visivelmente gostava de papear (Orlando era um grande conversador e contador de causos), ele falou, falou, falou... (E as fichas telefônicas caindo uma após a outra, e eu já nervoso com a possibilidade de a ligação se interromper, mas sem jeito de abreviar a conversa...). Por fim, ele me convidou para um lanche em sua casa, logo no sábado seguinte. Eu ainda não sabia, mas aquele sábado, lanchando com ele e sua adorável esposa Miriam em seu apartamento no bairro do Leme, haveria de ser o primeiro de incontáveis sábados (nossos bate-papos se davam quase sempre aos sábados). As visitas, durante as quais fui brindado com verdadeiras aulas sobre a história da Geografia, sobre detalhes do ofício de geógrafo, sobre o papel (positivo ou negativo) exercido pelos mais diversos personagens da Geografia brasileira e mundial (com os quais, em muitos casos, Orlando havia convivido e trabalhado), atravessaram os anos e as décadas. Só terminaram em 2006, com o falecimento dele, não muito tempo após a morte de sua querida companheira de uma vida inteira.



Fig. 2: Orlando Valverde (ao centro, de máquina fotográfica a tiracolo) e equipe durante trabalho de campo na Amazônia, na década de 1970 (foto: Gerd Kohlhepp).

Tirando meu professor de Geografia do ensino médio, Lino Tadeu de Oliveira Pires, Orlando Valverde foi a minha primeira influência − e, em alguns sentidos fundamentais, a mais importante − no que se refere a abraçar a causa da Geografia. (Aliás, ao ver como eu fui tão bem acolhido por um geógrafo eminente, até a resistência de meu pai, quanto a eu prestar vestibular para a Geografia, se abrandou bastante.) Em 1982, então, começava eu a graduação em Geografia na UFRJ. Uma nova etapa em minha vida, e um momento de grandes descobertas, tanto intelectuais quanto políticas. Intelectualmente, fui rapidamente exposto a toda uma série de novidades e outras influências das quais eu, durante o convívio com Orlando, mal chegara a tomar conhecimento, a começar pela marcha cada vez mais triunfal da Geografia crítica a partir dos anos 1970, com todos os seus acertos e erros (dentre estes últimos, destacando-se um ligeiro exagero e uma certa injustiça quanto às fraquezas da Geografia clássica, injustiça da qual Orlando foi − sendo ele próprio um precursor de uma Geografia socialmente crítica no Brasil! −, talvez a principal vítima).

Politicamente, rapidamente o meu horizonte em matéria de teoria social crítica e conhecimento da história política do Brasil e do mundo se expandiu tremendamente. A partir daí, com o acúmulo de leituras e de experiências (profissionais e de ativismo), meu perfil como geógrafo foi se modificando, como resultado do meu esforço em aproveitar o que eu achava ser aproveitável, em integrar conhecimentos sempre que possível, em avançar sem a linearidade de quem se aferra a dogmas ou evita expor-se a riscos, em buscar coerência mesmo ao colocar para dialogar entre si referências e vertentes bem distintas. Já lá se vão quarenta anos, e o que eu me tornei, profissionalmente, é uma expressão dessa trajetória. Uma trajetória que não teve nada de monótona, e ao longo da qual estudei sob a orientação de diversas pessoas, percorri uma grande parte do Brasil, especialmente suas cidades (o mais das vezes a trabalho), e, também, vivenciei países diferentes − inicialmente, estudando na Alemanha, e, mais tarde, pesquisando

e ministrando aulas e palestras na Inglaterra, na própria Alemanha, bem como no México, na África do Sul, na Argentina, na Espanha, e por aí vai −, e em alguns casos interagindo e dialogando com ativistas e organizações de movimentos sociais. Sempre tendo a preocupação de refletir e extrair lições de cada situação, de cada conquista, de cada tropeço.

A Geografia brasileira: características e responsabilidade

RAG: Embora cada vez mais haja uma consciência de que a ciência se forma numa interlocução entre campos de saberes e em meio a determinações sociais, você considera que há um "modo brasileiro" de se fazer Geografia? Quais seriam as principais características disso que se convencionou chamar "Geografia brasileira"?

MLS: Há muito tempo que existe um debate em torno das particularidades no que se refere à Geografia que, na qualidade de disciplina acadêmica, se pratica no Brasil. Já uns trinta anos atrás ouvi, inclusive, menções a uma possível "Escola Brasileira" de Geografia, em analogia com a "Escola Alemã", a "Escola Francesa", a "Escola Inglesa" e a "Escola Americana". É como se achássemos que, pelo muito que já realizamos, também merecemos fincar uma bandeira própria, como coroamento e símbolo do nosso legítimo e inconfundível "lugar ao sol". Ora, falar em "escolas", da segunda metade do século XX em diante, é, antes de tudo, um anacronismo − além de revelar um certo "nacionalismo acadêmico" que, para um internacionalista como eu, não é de bom alvitre. Fazia algum sentido, intelectualmente, falar em "escolas nacionais" (ou mesmo locais, como a "Escola de Berkeley" de Geografia Cultural, gravitando ao redor de Carl Sauer) em uma época em que as universidades eram muito menores que hoje em dia, e nas quais alguns poucos catedráticos − verdadeiros senhores feudais − exerciam enorme influência e até mesmo controle pessoal sobre processos de nomeação e promoção de professores, publicação de livros, criação de periódicos, e assim segue. O número de estudantes também era comparativamente muito pequeno, e não raro se exigia de um assistente em uma cátedra uma fidelidade canina, como condição *sine qua non* para subir na carreira. Eram ambientes muito mais fechados sobre si mesmos, tanto localmente (cada universidade individual e cada cátedra) quanto, inclusive, nacionalmente: os intercâmbios existiam, e às vezes eram muito intensos (trocas de correspondência, visitas acadêmicas etc.), mas também havia um relativo "ensimesmamento" (às vezes com conotações nitidamente patrióticas) de cada um dos universos linguístico-culturais com pretensões hegemônicas na Europa: o "mundo germanófono",o "mundo francófono" e o "mundo anglófono". Nem toda a gente, por óbvio, aderia a qualquer "patriotismo linguístico-cultural" exacerbado: Alexander von Humboldt, por exemplo, era um admirador da cultura francesa, tendo vivido muitos anos em Paris e publicado bastante em francês; Élisée Reclus, francês, e Piotr Kropotkin, russo, já pelo fato mesmo de serem anarquistas, se posicionavam fora de quaisquer disputas entre "escolas nacionais". Mas é inegável que houve, durante gerações, até meados do século XX, um peso enorme dessa rivalidade entre "escolas" − que disputavam (ainda que de maneira

mais ou menos velada), na esteira do imperialismo protagonizado pelos respectivos países, influência sobre países como o Brasil, que foi, no essencial, "colonizado" pela Geografia francesa, a despeito de algumas outras influências episódicas (como a do alemão Leo Waibel).

A partir da segunda metade do século XX, caduca a noção de "escolas nacionais". Nós passamos a lidar, mais e mais, com "universidades de massa", com um número muito maior de professores (e com hierarquias bastante atenuadas) e, igualmente, com um número muito maior de estudantes. Formam-se muito mais profissionais, e a magnitude de eventos como os encontros da Associação dos Geógrafos Americanos (AAG), da Royal Geographical Society (em parceria com o Instituto de Geógrafos Britânicos), o ENG da AGB no Brasil e, em escala latino-americana, o EGAL − com números de participantes que chegam aos milhares −, irão espelhar, já no último quarto do século XX, uma mudança muito significativa. Notemos que, com a marcha avassaladora da "*New Geography*" quantitativista (neopositivista), nos anos 1960, não se tratou apenas da hegemonia de uma determinada "escola" propriamente nacional, mas sim de uma corrente teórico-metodológica (repleta de implicações e pressupostos filosóficos e políticos) que, pelo menos durante dez ou quinze anos, ditou a moda internacionalmente, apesar da pálida resistência de alemães e franceses. A "*New Geography*" já prenunciava a fase atual da globalização, na esteira da adoção do inglês como *lingua franca* (o "latim" do novo "império") e da americanização da cultura e dos costumes pelo mundo afora (aqui mais, acolá menos, mas cada vez mais em quase todos os cantos do planeta). Foi se constituindo, à medida que a segunda metade do século passado avançou, uma gigantesca "indústria acadêmica", globalizada, mobilizando grandes editoras comerciais que publicam livros e, crescentemente, também periódicos, além de copatrocinarem eventos científicos − tudo isso, geralmente e cada vez mais em inglês. Com o "*Radical Turn*" ou a emergência da Geografia crítica (basicamente marxista, já que os libertários não passaram, durante muitos anos, de uma espécie de nota de rodapé), nas décadas de 1970 e 1980, pouco ou nada mudou, quanto a isso: a produção geográfica socialmente crítica foi e tem sido veiculada, via de regra, por meio do *big business* e seu braço editorial (Routledge, Wiley-Blackwell, Springer...). Em meio a tudo isso, a Alemanha e a França, que já tinham tentado passar ao largo da "*New Geography*" (com poucas exceções), reagiram de maneira um pouco diferente: a França produziu a sua própria versão de uma Geografia socialmente crítica, com Yves Lacoste e alguns outros, mas sem a mesma repercussão internacional do universo anglo-saxônico; no caso dos alemães, o arraigado conservadorismo (decorrente de um processo histórico-político distinto do francês) resultou em uma adesão muito mais tardia e, ainda por cima, claudicante à "Virada Crítica". Seja lá como for, o mais tardar no início do século XXI, estava já evidente que Alemanha e França se haviam transformado em províncias acadêmicas − "províncias de luxo", com vários de seus mais eminentes pensadores sendo traduzidos para o inglês, mas, mesmo assim, províncias − dentro de um mundo globalizado cujo protagonismo se acha no eixo anglo-saxônico, tanto na Geografia quanto nas mais variadas disciplinas acadêmicas.

Como o Brasil se acha posicionado, como nos comportamos perante tudo isso? É preciso considerar, preliminarmente, *que tipo de país* é o Brasil; somente à luz disso será possível compreender os pontos fortes e fracos da Geografia brasileira, bem como as suas possíveis particularidades. No quadro do sistema mundial capitalista, o Brasil é um país *semiperiférico*: ou seja, ele reúne, em meio a profundas con-

tradições sociais, características que o aproximam de um país capitalista central (como a importância e a diversificação do setor industrial, ainda que tudo isso esteja declinante) e outras, mais evidentes, que o aproximam da situação de um típico país periférico (como as enormes desigualdades de renda, de acesso à terra e em matéria de percentual de domicílios servidos por infraestrutura básica). É diante dessas contradições, típicas de qualquer país semiperiférico, que é preciso levar em conta a relativa sofisticação de parte das universidades brasileiras, no tocante à pesquisa científica e tecnológica. No entanto, não se pode perder de vista que as universidades brasileiras são um fenômeno relativamente recente, pois a colonização portuguesa deu pouca atenção ao ensino superior. A Universidad Mayor de San Marcos, em Lima, e a antecessora da UNAM na Cidade do México, por exemplo, foram ambas fundadas em meados do século XVI, enquanto a primeira universidade brasileira foi criada em 1912, apesar da existência anterior de algumas faculdades de Direito, Engenharia e Medicina; a USP é de 1934, a antecessora da UFRJ é de 1935... Os governos brasileiros, dando continuidade a uma "tradição" do período colonial, usualmente deram magra atenção ao ensino superior; e, nos últimos anos, com a ascensão da extrema direita ao poder estatal em Brasília − e, também, em vários estados da Federação −, aumentou o desinteresse pelas universidades e, pior ainda, se instalou até mesmo uma perseguição às universidades, por motivos ideológicos. Como se isso não bastasse, é preciso não esquecer que as bases econômicas do Brasil vêm se deteriorando: nas últimas três décadas, o Brasil tornou-se menos semiperiférico e mais periférico, como resultado do processo de desindustrialização e reprimarização da economia. É óbvio que isso, a longo prazo, não ajudará a pesquisa científica... Não só porque os recursos para investimento em pesquisa serão mais escassos, mas também porque o interesse será menor − afinal (assim poderiam pensar presidentes e governadores, quase a título de desculpa), de que adianta buscar promover pesquisas científicas e tecnológicas de ponta em um país cujo PIB e cujas exportações dependem cada vez mais do agronegócio e da mineração?...

No caso específico da Geografia, enfim, é preciso salientar alguns fatores que tornam a Geografia brasileira um tanto peculiar, no contexto latino-americano. Apesar do caráter relativamente recente das universidades no Brasil, os cursos de Geografia começaram a ser implantados precocemente, de acordo com os padrões do Sul Global: a Universidade de São Paulo foi criada, como eu já disse, em 1934, em grande parte por professores franceses, e entre eles havia também geógrafos (como Pierre Deffontaines, substituído em 1935 por Pierre Monbeig); a Seção Paulista da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), pioneira, foi fundada no mesmo ano de 1934, por iniciativa de Pierre Deffontaines e de alguns brasileiros, como Caio Prado Júnior. Em 1935, foi fundada a Seção Rio de Janeiro da AGB, mesmo ano em que teve início o primeiro curso de Geografia na Universidade do Distrito Federal (incorporada em 1939 pela nascente Universidade do Brasil, mais tarde, por sua vez, rebatizada como Universidade Federal do Rio de Janeiro). Em 1938, quando os primeiros geógrafos se formaram na Universidade do Distrito Federal, foi fundado o IBGE, que teve grande importância para a Geografia brasileira. Em que pese o fato de ser, por excelência, uma "Geografia oficial", sob o controle direto do Estado, o IBGE também foi um relevante centro de pesquisa, empregando muitos geógrafos e convidando geógrafos estrangeiros para ensinar e realizar pesquisas (como Leo Waibel, o francês Michel Rochefort, o americano Brian Berry e muitos outros). Também é importante destacar que a Geografia brasileira, diferentemente de

alguns países latino-americanos, praticamente não tem ligação com instituições militares desde a década de 1930. Além disso, por muitas décadas também houve uma clara diferenciação entre as profissões de geógrafo e engenheiro cartográfico (bem, essa diferenciação tornou-se mais complexa nos últimos vinte anos, com o incremento das geotecnologias: geoprocessamento, cartografia digital etc.).

Apesar de tudo isso, é importante evitar qualquer exagero em relação à Geografia brasileira; acima de tudo, é fundamental rejeitar toda e qualquer "mistificação" − seja de personagens individuais, seja da Geografia brasileira como um todo. Por um lado, é inegável que a Geografia acadêmica produzida no Brasil tem desempenhado um papel importante na América Latina, especialmente sob a influência de Milton Santos (1926-2001). Milton Santos é um símbolo: o símbolo de uma Geografia que não concorda com os poderes despóticos e tirânicos (ele foi forçado ao exílio após o golpe militar de 1964); de uma Geografia que cultiva um olhar crítico e inconformista sobre a realidade de um mundo profundamente injusto e desigual como o nosso; e, por fim, o símbolo de uma Geografia produzida a partir do Sul Global que, não obstante, pode alcançar um reconhecimento verdadeiramente internacional. Além disso, atualmente, no Brasil, há números impressionantes: o montante de livros publicados por geógrafos brasileiros já chega às muitas centenas, hoje; o número de programas e cursos de pós-graduação é muito grande (já ultrapassamos uma centena de cursos, entre mestrados e doutorados); o número de periódicos geográficos (muitas e muitas dúzias) é igualmente notável; e, por fim, é preciso sublinhar a dimensão dos congressos e simpósios organizados por geógrafos brasileiros (que reúnem milhares de profissionais e estudantes), sem contar a diversidade temática dos eventos (além dos congressos mais gerais, como os da AGB e da ANPEGE, também podem ser mencionados os de Geografia Urbana, Geografia Agrária, Geomorfologia, Geografia Física Aplicada etc.).

Por outro lado, porém, também me parece inegável que as contradições de um país semiperiférico se manifestam − direta ou indiretamente − na geografia brasileira. É verdade que, em certa medida, "hegelianamente", quantidade gera qualidade. No entanto, não podemos fechar os olhos para alguns problemas. Sem dúvida, há um número considerável de geógrafos brasileiros de peso, em alguns casos até em nível internacional; por outro lado, os "números impressionantes" a que me referi anteriormente não podem esconder grandes discrepâncias e enormes déficits em termos de qualidade e consistência. Para começar, a Geografia brasileira ainda é muito "brasilocêntrica" − ou melhor, a sua "abertura para fora" continua seguindo, em grande medida, um padrão colonial, de subordinação metrópole-periferia. Continuamos consumindo avidamente as últimas novidades da Europa ou dos Estados Unidos (em alguns poucos casos, autores não europeus e não estadunidenses, porém baseados em universidades do Norte Global ou "sancionados" e "legitimados" previamente pelos centros acadêmicos do Norte Global); em contraste com isso, a abertura para com a América Latina, por exemplo, é recente (basicamente, vem dos últimos trinta anos), e foi em grande parte impulsionada por uma iniciativa de Milton Santos. Ainda são poucos os geógrafos que cultivam ou valorizam um diálogo sistemático com colegas da Argentina, do México, do Chile, do Peru... Além disso, os geógrafos brasileiros, com poucas exceções, ainda publicam muito pouco no exterior. Quanto a isso, é fundamental não confundir Milton Santos com a Geografia brasileira, por vários motivos. O fato de existir, em nossa história intelectual, um gigante como ele, com enorme influência na América Latina e reconhecido também na Europa e nos Estados Unidos, é um trun-

fo e motivo de orgulho, mas é necessário ter cautela, por vários motivos. O prestígio de Milton Santos e os "grandes números" aos quais me referi (número de cursos, de participantes de eventos, de periódicos etc.) têm levado a interpretações nem sempre muito realistas e a expectativas um pouco inflacionadas, inclusive por parte de alguns dos nossos colegas latino-americanos. Gostaríamos que a Geografia brasileira tivesse uma solidez perfeitamente proporcional ao número de profissionais, cursos e periódicos; porém, isso, infelizmente, não é bem verdade. Há assimetrias, lacunas, contradições; há carência de recursos; há instabilidade institucional. Há, enfim, desafios enormes. Se não forem reconhecidos e enfrentados, poderemos experimentar, na verdade, um enfraquecimento considerável.

Sob o ângulo científico-intelectual (teórico, conceitual etc.), há um problema que faço questão de ressaltar. Se não faz sentido falar de "Escola Brasileira" de Geografia, isso não significa que não existam especificidades brasileiras, e isso para além das contradições econômico-sociais de um país semiperiférico. As agendas de pesquisa − que deveriam refletir as agendas públicas e, para o meu gosto, principalmente as agendas de luta dos movimentos sociais emancipatórios −, precisam, ao mesmo tempo, *dialogar com o mundo* (dimensão do universalismo, do cosmopolitismo) e *"ter sotaque"* (dimensão do particularismo, da situacionalidade geográfico-cultural). A questão é que, assim como "dialogar com o mundo" não pode significar apenas "dialogar com o Norte Global", "ter sotaque" não deve significar, meramente, reconhecer e fazer justiça a uma situacionalidade geográfico-cultural em escala *nacional*. Há múltiplas camadas, múltiplas escalas de situacionalidade. Se não tivermos isso bem presente em nossa cabeça, poderemos acabar endossando um colonialismo interno (que existe), e achando que é suficiente pensar o Brasil apenas a partir de São Paulo ou do Rio de Janeiro. Pensar o Brasil (para ajudar a transformar o Brasil!) depreende que se possa pensar *multiescalarmente*, e que as capacidades e autonomias locais para pensar e agir possam ser estimuladas. Devemos aceitar, em contraste com um "nacionalismo acadêmico" simplista e ardiloso, a necessidade de múltiplos "sotaques", de múltiplas agendas, de múltiplas escalas de protagonismo epistêmico (e práxico!), de tal maneira que o geral e o particular dialoguem produtivamente, sem perpetuar as subalternizações que nós nos acostumamos a naturalizar.

RAG: Ainda sobre a repercussão da Geografia brasileira fora do país: poderia detalhar um pouco mais a sua leitura?

MLS: A repercussão da Geografia fora do país ainda é ligada, em grande parte, pelo menos na América Latina, ao impacto da obra de Milton Santos, apesar de um número crescente de geógrafos vir publicando e "mostrando a cara" sistematicamente no exterior, com uma intensidade que não se via três ou quatro décadas atrás. O papel do prestígio de Milton Santos, contudo, é ambivalente, principalmente pela nossa dificuldade em lidarmos de maneira mais madura com sua obra e, no final das contas, com a sua dimensão humana. O caráter humano (e, portanto, falível) desse autor é algo que, por razões culturais e social-psicológicas, a Geografia brasileira (e talvez a Geografia latino-americana como um todo) parece ainda não estar pronta para avaliar com tranquilidade, preferindo (ou não conseguindo deixar de) cultivar uma espécie de "personagem mitológico". Isto é compreensível, sem dúvida. Muitas pessoas precisam de heróis ou ídolos, assim como precisam de líderes; e uma disciplina que sofre, cronicamente, com problemas de baixa autoestima coletiva, se agarra a um símbolo como Milton como quem se agarra a um

fiador da própria relevância profissional. Em se tratando de Milton Santos, ademais, há a circunstância de ser um intelectual negro genial, que se afirma a despeito do racismo e triunfa sobre ele, granjeando um prestígio que nenhum de seus colegas brancos, no Brasil, alcançou. Isso é uma dupla vitória nossa, ou da esmagadora maioria de nós, no Brasil e no Sul Global, em geral. Ocorre, porém, que, justamente de ponto de vista crítico, mitificar alguém é sempre um obstáculo ao avanço do conhecimento e à livre discussão de ideias. O fato de Milton Santos ser não apenas um símbolo, tendo se tornado também um ícone (para além da própria academia), visto como um tanto diferente dos "mortais comuns", não é necessariamente apenas positivo − nem intelectualmente nem, sobretudo, político-pedagogicamente. Há, aí, uma tensão, uma ambivalência. Seja porque isso interdita uma discussão *crítica* de suas ideias (ou seja, para além dos elogios e das exegeses dogmáticas), seja porque dificulta que se aquilate a enormidade da presença, entre as raízes de uma Geografia crítica e original na América Latina, de vários outros excelentes nomes − ou seja, de outros exemplos de pioneiros de uma Geografia socialmente comprometida. Outros geógrafos do nosso continente tiveram peso significativo e, também, conquistaram reconhecimento internacional (ainda que, por diferentes circunstâncias biográficas, inferior ao alcançado por Milton Santos), e não podemos esquecê-los: é o caso, no Brasil, de Aziz Nacib A'Saber, de Orlando Valverde e de Manuel Correia de Andrade; é também o caso da geógrafa chilena Graciela Uribe Ortega, que trabalhou por muitos anos no México, após sofrer anos de exílio na Europa em decorrência do golpe de Pinochet, em 1973. E poderíamos continuar citando outros exemplos...

Independentemente dessas questões sobre personagens individuais, o essencial é que a Geografia brasileira precisa ter maior clareza sobre sua *responsabilidade ético-político-cultural*. Os países semiperiféricos também tendem a ser "subimperialistas", para usar a expressão de Ruy Mauro Marini (os conservadores falariam de "potências regionais"). A hegemonia imperialista não se limita ao campo da economia e das relações internacionais, mas cedo ou tarde também tem implicações nas relações culturais e científicas; basta ver a influência avassaladora do cinema e da música dos Estados Unidos no resto do mundo, bem como a hegemonia de sua produção científica. No que diz respeito ao subimperialismo, trata-se de algo semelhante, embora de magnitude muito menor e de natureza mais contraditória. A Geografia produzida em um país semiperiférico se vê em face de dilemas e responsabilidades um tanto peculiares; quanto mais conscientes os geógrafos brasileiros estiverem dessa situação, mais consistente e coerente poderá ser o conhecimento por eles produzido, notadamente no que diz respeito ao conhecimento *socialmente crítico e emancipatório*. As relações assimétricas e subordinadas não ocorrem apenas em escala mundial, aquela do "Sul Global *versus* o Norte Global", tendo o eurocentrismo como eixo principal e, por trás dele, toda uma história de colonialismo, neocolonialismo, imperialismo e dependência econômica. Nessa escala, os países do Sul Global, como os da América Latina, enfrentam a tendência de sufocar suas culturas e tradições acadêmicas, em prol de uma "pasteurização epistêmica" que vem não só com a hegemonia da língua inglesa e de obras publicadas em inglês, mas também como consequência do domínio de uma narrativa "anglo-americanocêntrica" da história da Geografia (e da ciência, da Filosofia e da cultura, amplamente) que ofusca toda uma história de conquistas autóctones em nosso continente. No entanto, essa escala global está longe de ser a única em relação à qual temos que nos preocupar com assimetrias, desigualdades e subordinações sociais. As desigualdades se manifestam e refletem em

múltiplos níveis escalares de assimetrias acadêmicas e subalternizações epistêmicas. Entre países de um mesmo continente ou hemisfério, assim como dentro de cada país e − com características mais ou menos análogas, mais ou menos diferentes − também a nível intrarregional e até intralocal, encontramos disparidades econômico-sociais que têm correspondência e ligação com assimetrias de poder e subordinações culturais. Não custa martelar a tecla: "colonialismo interno", disparidades regionais, racismo, segregação residencial − tudo isso termina sempre tendo algum tipo de conexão com a estigmatização, a dominação e a subordinação epistêmicas.

Uma das escalas com as quais devemos aprender a lidar melhor é, a meu ver, a do nosso continente, a da América chamada impropriamente de "Latina". A Geografia brasileira tem desempenhado um papel importante em diversas iniciativas e, sem dúvida, tem sido um dos pilares da renovação crítica da Geografia em *Abya Yala* − que é como muita gente tem preferido se referir ao nosso continente, aproveitando uma expressão do povo Cuna, do Panamá. No entanto, para que sua presença e influência tenham caráter emancipatório, os geógrafos brasileiros devem continuar se esforçando para manter um verdadeiro *diálogo* e *intercâmbio horizontal* com seus vizinhos, ao invés de cederem à vaidade e à tentação de bancarem os "líderes". Se não houver essa sensibilidade, reproduziremos de forma atenuada e em menor escala a busca pela hegemonia que caracteriza as Geografias do Norte Global, especialmente (desde os anos 1960 e 1970) a Geografia anglo-saxônica. (Notemos, de passagem, que até mesmo os geógrafos anglófonos críticos e de esquerda, tanto marxistas quanto anarquistas, tendem a subestimar, *na prática*, o problema do eurocentrismo. Exemplos de coerência ético-político-intelectual, infelizmente, são menos abundantes do que gostaríamos...)

Com isso, obviamente, não quero dizer que necessariamente haja qualquer *intenção consciente*, por parte da maioria dos geógrafos brasileiros, de exercer uma hegemonia epistêmica; muito menos estou dizendo que a Geografia brasileira seja, ela mesma, "subimperialista"! Mas a verdade é que os geógrafoscríticos anglo-saxões também não têm esse tipo de intenção consciente (pelo menos no caso daqueles mais autênticos e coerentes), o que não elimina a *existência concreta* de assimetrias e subalternizações,às vezes sutis. A questão é muito mais complexa. Conforme disse certa vez o filósofo inglês Edmund Burke, "a única coisa necessária para o triunfo do mal é que as pessoas de bem não façam nada"). Em outras palavras, e adaptando o conteúdo do aforismo de Burke: não basta a um geógrafo crítico rejeitar, no campo da retórica, assimetrias e subalternizações. Como dizem os ativistas antirracismo, não basta não ser racista, é preciso ser antirracista. Assim, para que haja uma verdadeira coerência ético-política e práxica, os geógrafos verdadeiramente comprometidos com um projeto emancipatório precisam desenvolver uma sensibilidade adequada ao diálogo intercultural, imunizar-se contra o etnocentrismo e aprender a valorizar ativamente a pluralidade de perspectivas e narrativas. Ou seja, reconhecer e apreciar o caráter intrinsecamente plural das Geografias, cada uma delas respondendo a necessidades e condições particulares, no quadro de histórias e culturas específicas − sem prejuízo para as convergências e solidariedades concretas, imprescindíveis em um contexto comum de exploração e opressão.

RAG: Qual tem sido, a seu ver, a contribuição da Geografia brasileira na interpretação do Brasil?

MLS: O fato de não termos tido, na Geografia, um "intérprete do Brasil" amplamente conhecido, particularmente com a envergadura e a projeção daqueles nomes que pontificaram entre os anos 1930 e 1960 − Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado... − nos deixa com um pouco de sensação de sermos de "segunda linha", especialmente naquele período áureo dos "grandes ensaios de interpretação". Se o segundo volume de *Geografia Agrária do Brasil*, de Orlando Valverde, justamente aquele dedicado às estruturas agrárias e à reforma agrária, tivesse vindo à luz, possivelmente teria ajudado um pouco a preencher essa lacuna. De toda sorte, tivemos algumas obras muito importantes, comumente de âmbito regional, como *A terra e o homem no Nordeste*, de Manuel Correia de Andrade. É sintomático que Darcy Ribeiro, em seu último livro, *O povo brasileiro*, cite vários geógrafos brasileiros do período clássico. Seja lá como for, a Geografia brasileira cresce, se adensa e se complexifica extraordinariamente a partir da década de 1980, e numerosos trabalhos que se debruçam sobre o Brasil, menos ou mais ambiciosos, irão aparecer. Milton Santos nos brindará com alguns deles, desde o mais específico *A urbanização brasileira* até o livro escrito juntamente com María Laura Silveira, *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, de escopo mais abrangente. Atualmente, a quantidade de trabalhos (artigos e livros) assinados por geógrafos e versando sobre temas e problemas urbanos e agrário-rurais é colossal; em menor medida, há também estudos temáticos com um foco regional mais ou menos integrador, assim como há, embora ainda não sejam muitos, trabalhos que discutem, de maneira integrada e crítica, questões ecológico-sociais e conflitos ambientais. Como sempre acontece, nem tudo é consistente, original ou profundo; e há, além do mais, sérias lacunas temáticas, pelo menos em termos relativos. Apesar disso, há não poucas contribuições que merecem admiração e respeito.

O diacho é que a produção dos geógrafos carece de *visibilidade pública*. Quando Jô Soares entrevistou Milton Santos em seu programa, em 1995, era evidente que ele não sabia direito o que perguntar, e chegou a ser um pouco embaraçoso. Isso é sintomático de o quanto a Geografia universitária, em parte tão sofisticada e interessante, é desconhecida do público leigo. Tirando o nome de Milton Santos, e, talvez, o de Aziz Ab'Sáber, raríssimos leigos ou não geógrafos (mesmo quando professores e pesquisadores universitários) saberiam nomear algum geógrafo ou geógrafa. Quiçá alguém se lembrasse de Manuel Correia de Andrade ou Bertha Becker, ou, mais recentemente, de Carlos Walter Porto Gonçalves − mas as lembranças tenderiam a ocorrer dentro de nichos específicos, nos quais estivessem sendo discutidos problemas do Nordeste, da Amazônia... Enfim, a Geografia (brasileira e mundial), na sua diversidade e na sua complexidade, é quase uma desconhecida. Nas livrarias, as seções de Geografia são quase sempre minúsculas ou inexistentes − não porque não existam livros publicados por geógrafos, mas sim porque eles se acham dispersos, com alguns indo parar na seção de Sociologia, outros na de Arquitetura e Urbanismo, outros na de Biologia, ou então na de Geologia...

Diante disso, que fazer? Como colaborar para que essa ignorância, essa escassez de reconhecimento seja ultrapassada? Não há fórmula mágica, não há solução simples. Contudo, uma condição funda- mental para a Geografia adquirir protagonismo em determinados debates de patente relevância pública é a necessidade de ela parar de se autossabotar, envergonhada de sua "epistemologia mestiça", de sua

capacidade de construir uma ponte entre a pesquisa social e a natural, entre o estudo da produção social do espaço e o conhecimento das dinâmicas e dos processos geobiofísicos. Essa ponte foi dinamitada nos anos 1970 e 1980, e desperdiçamos muitas oportunidades por conta disso. Não advogo, com isso, nenhuma "volta ao passado" − o que seria, além de impossível, indesejável, por várias razões. Porém, em vez de *superarmos dialeticamente* os clássicos, tipicamente os atiramos na cesta de lixo da história, no afã de deles nos distanciarmos e sermos aceitos em algum novo "clube" − para uns tantos, o "clube" das ciências sociais "puras", isto é, "purificadas" de preocupações com processos geobiofísicos, cujo conhecimento passou a ser visto como supérfluo, um diversionismo; para outros, o "clube" das "ciências duras", das ciências naturais "puro-sangue", que sempre gozaram de mais prestígio e verbas. Na esteira de tudo isso, uma parcela essencial da identidade originária da Geografia se diluiu, quase se perdeu, e a própria Geografia viu encolher sua capacidade de aproveitar o seu enorme potencial para construir o que chamamos de *objetos de conhecimento híbridos*: nem puramente sociais nem, muito menos, puramente naturais.

Bifurcações e escolhas difíceis (coletivas e individuais)

RAG: Quais são os grandes desafios teórico-políticos da Geografia contemporânea produzida no país? Ademais, como se apresenta, como você gosta de dizer, o "figurino epistemológico" da Geografia hoje, incluindo seus grandes temas?

MLS: Os desafios são muitos, eu não sei se teria fôlego e competência para abordar adequadamente todos eles, ou mesmo só os principais. Vou me concentrar em dois, que têm uma ligação visceral e direta com as minhas preocupações profissionais, políticas e até mesmo "existenciais". Um desses desafios se refere mais fortemente às particularidades de países do Sul Global, como o Brasil; o outro é algo que, a despeito das diferenças de como será analisado e enfrentado nos diferentes lugares e em distintas escalas, muito claramente possui um alcance planetário. (Em todo o caso, também o primeiro é algo que, como eu acho que ficará claro, envolve uma escala global, tanto na análise quanto na ação.)

Para começar, uma questão fundamental é a da necessidade de uma vigilância permanente contra o eurocentrismo e a colonialidade do saber. Há muito tempo que se alerta − mas de maneira, a meu ver, amiúde pouco coerente − sobre a importação indevida de teorias. Ocorre que o problema se inicia antes do plano propriamente teórico: nós, costumeiramente, importamos *agendas de pesquisa*. Em outras palavras: aquilo que nós pesquisamos é, com enorme frequência, ditado pelas necessidades e pelas modas (autores da moda, termos da moda etc.) do Norte Global. Isso significa que a nossa situacionalidade histórico-geográfico-cultural é, em geral, insuficientemente levada em conta. Não se trata, porém, apenas de "falta de consciência" por parte dos pesquisadores: em um país periférico ou semiperiférico, muita coisa, material e político-institucionalmente, conspira para que o descuido e a subalternização dos nossos próprios interesses − incluída, aí, a negligência com relação ao diálogo com as "pessoas co-

muns" e os ativistas − sejam sistematicamente avalizados e perpetrados por nós mesmos. Darei alguns poucos exemplos, para não tomar muito tempo. Se quisermos publicar no exterior, inevitavelmente esbarraremos com exigências feitas por editores e pareceristas que pertencem a outros universos linguístico-culturais e a outras tradições acadêmicas, e que, muitas vezes, desconhecem e subestimam as nossas referências (autores, linhagens intelectuais, tradições analíticas etc.) e as nossas prioridades; daí que, não poucas vezes, nos farão exigências descabidas ou insensíveis, nos obrigando a uma escolha entre fazer concessões que nos rebaixam e abrir mão de publicar naqueles periódicos (que são, por nós mesmos, reputados como sendo os de maior prestígio, indispensáveis para se fazer uma "carreira internacional"...). Algo semelhante acontece com a busca por ter trabalhos aceitos para serem apresentados em congressos e simpósios na Europa e nos Estados Unidos: assim como no caso das revistas, os critérios de competência e excelência nunca serão cultural e politicamente neutros, e tenderão a refletir as preferências e os enfoques dominantes no âmbito do universo acadêmico no qual o evento terá lugar. Outro exemplo, finalmente, são os convites para participar de programas de intercâmbio e cooperação acadêmicos em nível internacional: aqui, para além dos mesmos enviesamentos relativamente a critérios de competência e excelência, há, ainda por cima, fatores puramente subjetivos e emocionais que tendem a facilitar a reprodução de hierarquias formais e informais, como a procura por parceiros do Sul Global que aceitem um papel de coadjuvantes, que não sejam questionadores, e por aí vai... Devo ainda acrescentar, no entanto, que vários desses relacionamentos verticais e hierárquicos não acontecem apenas em escala internacional: também dentro do Brasil há preconceitos, prepotência e assimetrias entre regiões, de sorte que precisamos nos acautelar para que certos problemas não venham a existir ou se perpetuem no interior do próprio país.

Outro desafio, que é teórico-intelectual, mas, inevitavelmente, termina tendo igualmente uma dimensão ético-política, diz respeito às dificuldades dos geógrafos para aceitarem e se prepararem epistemológica e metodologicamente para valorizar criativamente a "transversalidade epistêmica" que, desde sempre, caracterizou a Geografia: me refiro à circunstância de ser uma disciplina que possui um pé sobre o "chão epistemológico" da pesquisa natural e outro sobre o "chão epistemológico" da pesquisa social. A esta altura, vale a pena dizer algumas palavras sobre as limitações, mas também sobre as virtudes da chamada Geografia clássica.

Esclareço, inicialmente, que costumo considerar o período clássico da história da disciplina como se estendendo por volta dos anos 1870 (que marca o início de um processo mais consistente de institucionalização da Geografia enquanto disciplina acadêmica) até os anos 1960 e 1970 (quando a Geografia foi "abalada", primeiro, pela "Revolução Quantitativa", neopositivista, e, posteriormente, pela "Virada Crítica"). No caso de Alexander von Humboldt e Carl Ritter, prefiro ver seu tempo como o último momento da Geografia pré-clássica, por várias razões; uma delas tem a ver com o fato de a Geografia ainda não estar institucionalizada (a partir da década de 1830 existiram as primeiras "sociedades geográficas", mas a cátedra [*Lehrstuhl*] de Ritter em Berlim foi extinta após sua morte, em 1859). Para Humboldt e Ritter, as distinções entre "Geografia Física" e "Geografia Humana" ainda não haviam surgido, apesar das diferenças de ênfase, estilo e inclinação profissional: Humboldt era, essencialmente, um naturalista (embora também escrevesse sobre questões políticas e sociais), cuja pesquisa se baseou, sobretudo, em

trabalho de campo; e Ritter, por sua vez, foi, acima de tudo, um estudioso que baseou sua ideia de uma *Erdkunde* ou *Geographie* (uma Geografia Regional em sua essência, e que foi muito influente em termos da orientação que a posterior "Geografia Humana" seguiria, bem como no que diz respeito ao ensino de Geografia nas escolas) em um meticuloso trabalho de gabinete, examinando fontes e relatórios históricos, e combinando a descrição e o estudo dos assentamentos humanos e da organização humana da superfície da Terra com uma séria consideração das "bases físicas" (relevo, solos, clima, fauna e flora). Sem embargo, a Geografia clássica, diferentemente da época de Humboldt e Ritter, já conhecia uma distinção entre "Geografia Humana" e "Geografia Física" − e essa diferença ficou cada vez mais clara à medida que se entrava no século XX. No entanto, *distinguir* não é o mesmo que *separar*: os cânones clássicos defendiam o constante intercâmbio científico e até mesmo a ativa cooperação entre geógrafos "físicos" e "humanos".

É bem verdade, ressalve-se, que o modelo não foi seguido exata e simetricamente: os "geógrafos humanos", sempre atentos às chamadas "bases físicas", interessaram-se pelo conhecimento gerado pelos "geógrafos físicos" com maiores frequência e intensidade que no caso inverso. Apesar disso, podemos dizer que a Geografia clássica, apresentando-se como uma "ciência-ponte" entre o estudo da natureza e o estudo da sociedade, não foi simplesmente uma fraude. De toda maneira, a grande "síntese" que a Geografia clássica prometia realizar era, do ponto de vista de hoje, superficial, e seu desdém pela teorização (a Geografia deveria ser uma "ciência do concreto", como disse orgulhosamente Jean Brunhes) nos soa ingênuo. O esforço de integração de dimensões e fatores feito pela Geografia clássica foi muito dificultado pelo empirismo e pelo funcionalismo, e a "síntese", de certa forma, foi, sobretudo, um "sincretismo", cuja consistência epistemológica, teórica e metodológica se revelou, o mais tardar nas décadas de 1960 e 1970, insuficiente e frustrante. Pois bem: foi justamente esse empirismo que fez a Geografia clássica se orientar por *temas* (e pela tentativa de descrever e explicar "tudo" em relação a uma determinada "paisagem" ou "região"), e não propriamente por *problemas*. No quadro de uma concepção funcionalista da realidade, que andava de mãos dadas com uma visão de mundo tipicamente conservadora (geógrafos como os anarquistas Élisée Reclus e Piotr Kropotkin foram exceções, marginalizados por suas posições políticas), não é surpreendente que movimentos e conflitos sociais não tenham sido objetos valorizados no âmbito da Geografia clássica. Isso só começou a mudar, de forma mais maciça, a partir da década de 1970, com a "Virada Crítica" (que foi, no fundo, uma "Virada Marxista", pois o pensamento libertário permaneceu, até o início do século XXI, quase invisível, segregado pela nova corrente neomarxista dominante).

Lamentavelmente, porém, a esmagadora maioria dos geógrafos críticos das décadas de 1970 e 1980 cometeu o erro de − me desculpem por usar um clichê surrado − "jogar fora o bebê com a água do banho". Alheios ao que já se mostrava, na década de 1970, como uma presença cada vez mais clara dos problemas ambientais na agenda política de governos, organizações supranacionais e movimentos sociais, a maioria dos geógrafos humanos decidiu apostar no que Bruno Latour chamou de "purificação" (epistemológica), em vez de valorizar *objetos de conhecimento híbridos*. Ansiosa por ser aceita como uma ciência social e não ser mais tratada como pária ou "animal exótico" na constelação das ciências sociais, a Geografia Humana de inspiração (neo)marxista passou a negligenciar e até mesmo a desdenhar as

preocupações com fatores, dinâmicas e processos geobiofísicos. Assim, curiosamente, esses geógrafos humanos simplificaram demais o legado do próprio Marx, que jamais rejeitou o interesse pelas ciências naturais! É como se a historicização da natureza, em si mesma válida e necessária, só pudesse ser feita à custa de um total abandono do interesse pelo relativo condicionamento e pela materialidade dos solos, do relevo, do clima etc., com todos os aspectos físicos, químicos e processos biológicos subjacentes à sua transformação ao longo do tempo. O medo do "determinismo geográfico" e, ainda por cima, a crítica (pertinente e necessária) ao funcionalismo e ao empirismo da ideia vidaliana de "região", bem como, na Alemanha, da noção de *Landschaft* (inexatamente traduzível como "paisagem"), fez-se acompanharpor algo que não deveria ter acontecido: um certo complexo de inferioridade em relação aos sociólogos, economistas, etc., o que levou muitos geógrafos humanos a se envergonharem de seu passado e de sua identidade. Por sua vez, a Geografia Física, que vinha se fragmentando e se afastando da Geografia Humana já desde antes da Segunda Guerra Mundial (embora de modo tímido e nada uniforme), experimentou, a partir dos anos 1970, uma aceleração desse distanciamento. Na década de 1980, parecia que o fosso cavado dentro da disciplina representava um caminho sem volta.

Felizmente, não poucos geógrafos reagiram, recusando-se a aceitar a pulverização da Geografia como inevitável. Inicialmente, desde os anos 1980 e 1990, vários geógrafos se refugiaram mais ou menos explicitamente na Ecologia Política; isso se aplica não apenas ao ambiente intelectual de língua inglesa, mas também à América dita "Latina" (por exemplo, Carlos Walter Porto-Gonçalves, no Brasil, Georgina Calderón Aragón, no México; e Horacio Machado Araoz, na Argentina, para ficar em apenas alguns exemplos). A Ecologia Política, no entanto, é um campo interdisciplinar. Nos últimos vinte anos, muitos começaram a perceber a importância de uma disputa epistêmico-discursiva *dentro* da própria Geografia. Mais recentemente, dessa forma, vem ganhando força a tentativa de recuperar, para a Geografia, o direito de construir objetos de conhecimento ou epistêmicos híbridos, em uma tentativa que vem sendo chamada de *Geografia Ambiental*. Tenho defendido, aliás, em artigos e livros, que a Geografia Ambiental não seja vista como um novo "ramo", como uma subdisciplina, mas sim como um *enfoque*, uma perspectiva, uma forma de olhar a realidade; ou, mais precisamente, como a sinergia derivada do encontro de duas perspectivas, a ecogeográfica (para lembrar a expressão "Ecogeografia", de Jean Tricart) e a sociogeográfica (para usar a expressão "Geografia Social", introduzida há mais de um século por Élisée Reclus). Essas duas perspectivas, cabe notar, não constituem um dualismo, mas sim uma *dialética*: embora reconheçamos diferenças epistemológicas (e mesmo ontológicas), que impedem a uniformidade metodológica − afinal de contas, não compreenderemos a dinâmica dos processos geobiofísicos por meio de etnografias e análises de discurso, como tampouco vamos esclarecer a dinâmica da valorização capitalista do espaço ou as relações de poder envolvidas na organização espacial usando os métodos das ciências naturais −, sustentamos que é viável e necessário combinar dados e informações e, na me-dida do possível, comparar e integrar conceitos e articular teorias, por mais diferentes que sejam. Isso não é fácil (especialmente porque negligenciamos essa tarefa durante décadas), mas está longe de ser impossível. Meu trabalho tem girado em torno da Geografia Ambiental e da Ecologia Política, focando principalmente nos problemas e conflitos urbanos. O foco principal de meus esforços tem sido, principalmente, a discussão da injustiça ambiental, nos marcos da discussão mais geral sobre injustiça social.

É nesse contexto que realizei pesquisas empíricas que envolveram a mobilização de conceitos e abordagens relacionados à produção social de riscos e desastres, "sofrimento ambiental" (conceito introduzido por colegas argentinos) e conflitos, ao mesmo tempo que tenho procurado discutir teorias e conceitos – e, a partir de tudo isso, alimentar minha reflexão sobre a Geografia, suas limitações e potencialidades.

O assim chamado "Antropoceno" virou uma coqueluche. Se fizermos uma pesquisa no Google, encontraremos dezenas de milhões de entradas para a palavra inglesa "*Anthropocene*", e um número também enorme, ainda que muito menor, para o seu equivalente em português. É como se tivesse se tornado obrigatório articular os mais diferentes assuntos à problemática das mudanças climáticas globais e dos impactos humanos sobre a vida no planeta em escala planetária. Isso pode, como todo modismo, dar origem a exageros ou situações forçadas, mas é sintomático do momento histórico em que vivemos. O curioso é que, justamente nos anos 1970 e 1980, quando se adensa a percepção pública de uma "crise ambiental" (ou de uma "crise civilizatória" ou "crise do capitalismo" com um fortíssimo componente relativo ao metabolismo ecológico-social), os geógrafos passaram a renegar sua tradição disciplinar de "ciência-ponte"... Gosto de fazer uma brincadeira, utilizando uma comparação: é como se os geógrafos fossem pessoas que, durante muito tempo, andaram de guarda-chuva aberto em dias de sol, mas começaram a fechar seus guarda-chuvas exatamente quando começa a chover forte... O "Antropoceno", todavia, é, em última instância, um *Capitaloceno*, termo que tem sido popularizado por Jason Moore: o que está por trás da "ruptura metabólica", do aumento tremendo da entropia ou do ecoestresse em nível planetário não é "a humanidade", genericamente, mas sim um modo de produção em particular, o capitalismo. Interessantemente, esse quadro global oferece um autêntico manancial de estudos e pesquisas para geógrafos críticos, mas a maior parte deles não aproveitou essa possibilidade, devido à falaciosa "purificação epistemológica" em que tanto se empenharam.

Estamos, agora, em meio a uma movimentação estimulante, com a (re)nova(da) proposta de uma "Geografia Ambiental" e sua ênfase em objetos de conhecimento híbridos. Contrapor-se à "purificação epistemológica", porém, não é fácil, pois quebrar resistências que já estão enraizadas é tarefa das mais árduas. Para aqueles que foram socializados academicamente acreditando que a "purificação epistemológica" era imprescindível e até mesmo inevitável, abandonar a zona de conforto não é nada atraente... Se reinventar aos quarenta ou cinquenta anos de idade dá trabalho. Mas, sem isso, como deixar de ser meros coadjuvantes em debates como a reforma do Código Florestal, o novo marco legal da mineração, o novo marco legal do saneamento, a "desmontagem" do sistema brasileiro de licenciamento ambiental, as possibilidades da agroecologia, a fabricação social de desastres ambientais e muitos outros (para me limitar a exemplos brasileiros recentes ou atuais)? Por isso, é preciso fazer, em primeiro lugar, uma aposta nos jovens. Que as novas gerações de geógrafos consigam se imunizar contra a "purificação epistemológica", ao mesmo tempo em que terão de entender que não é factível e nem desejável voltar ao passado: o empirismo, o funcionalismo e o conservadorismo da Geografia clássica tinham, de fato, que ser deixados para trás.

O que está em jogo, por conseguinte, é a perspectiva de uma *reinvenção*, não o delírio socialmente retrógrado de um *retorno ao passado*. Isso vale para o mundo e para a Geografia. O mundo e a Geografia

estão, ambos, em uma encruzilhada. Para o mundo, trata-se de superar o capitalismo sem, entretanto, simplesmente reviver modos de produção e estruturas sociais do passado pré-industrial − coisa que não seria viável politicamente, a não ser ao custo de tentar impor verdadeiros genocídios e um controle social tirânico à maior parte da humanidade, em nome de concepções neomalthusianas e ecofascistas. (Os "primitivistas", que sonham com o suposto idílio de sociedades de caçadores e coletores, deveriam responder honestamente a algumas questões: quantos estarão dispostos a abdicar, voluntariamente, de anestesia, antibióticos, cirurgias complexas, máquinas que nos livrem de trabalhos pesados e perigosos, e assim sucessivamente? Acima de tudo: como alimentar e vestir bilhões de seres humanos, que não pediram para nascer, mas que aí estão?) Tudo isso significa que o que conta é buscar o novo, o ainda não tentado (ou ainda não amplamente testado), em matéria de relações de produção, forças produtivas e auto-organização social. Com a Geografia se passa alguma coisa similar: não podemos e não queremos exumar a Geografia clássica, por mais que ela, aqui e ali, possa ser uma fonte de inspiração. Precisamos de uma Geografia que abrace a "mestiçagem epistemológica" sobre os fundamentos das conquistas das últimas décadas em matéria de sofisticação intelectual e teórica, de diálogo interdisciplinar e de abertura para com a Filosofia e o pensamento crítico.

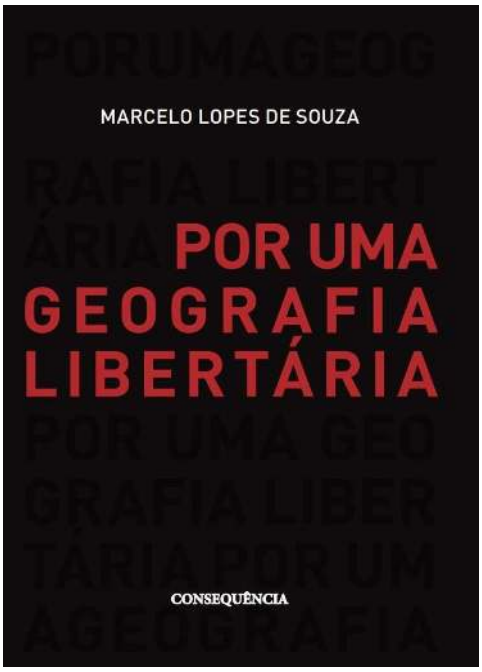
RAG: Como você avalia a sua própria obra (seus livros, suas pesquisas etc.), do ponto de vista das lacunas que ela tem ajudado a preencher e, também, no que se refere ao seu papel social e ao seu contexto histórico e geográfico?

MLS: Meu trabalho como pesquisador, minha dedicação à divulgação científica e as formas que tem assumido a minha eventual colaboração como ativista tiveram ênfases distintas ao longo das últimas quatro décadas, apesar de algumas preocupações que se mantiveram constantes. Todo autor é um mau juiz da própria obra, fico receoso de avaliar aquilo que, ao fim e ao cabo, cabe aos outros julgarem, já que o que faço só tem sentido se também tiver sentido para os demais, isto é, algum tipo de relevância coletiva ou utilidade social, por indireta ou apenas potencial que seja. Ainda assim, para não ser mal-educado e fugir da pergunta, tentarei apontar aquilo que, a meu próprio juízo, são contribuições que tentei aportar a diferentes discussões e esforços de elucidação. Acredito que eu possa agrupar esses esforços em quatro grandes blocos, que se acham, aliás, interligados (conquanto essa interligação tenha sido, em grande parte, não propriamente antecipada, passando a ser, isso sim, construída no decorrer da própria caminhada, à medida que meus horizontes se expandiam e eu percebia melhor certas conexões).

1) Desde sempre, minha dedicação à Geografia foi comandada por meu interesse por compreender as condições e potencialidades da transformação sócio-espacial, visando à superação da exploração e das opressões, da heteronomia − em outras palavras, visando ao que eu passei a chamar, em meados dos anos 1990, de *desenvolvimento sócio-espacial*, que é, em sua quintessência, a antítese do "desenvolvimento econômico" capitalista, em qualquer uma de suas versões e roupagens teóricas (das mais "caretas" às mais "moderninhas" e "simpáticas", como o escorregadio "desenvolvimento sustentável"). Compreendi perfeitamente, desde muito jovem, que a mudança social e a transformação do espaço (e não só em sua faceta material) são indissociáveis. Essa compreensão foi o que me levou, já bem cedo, à temática dos ativismos sociais, que terminaram sendo objeto de minha dissertação de mestrado (mais especifica-

mente, nesse caso, o ativismo de bairro). Refletir sobre as limitações e as potencialidades dos ativismos sociais − o entrelaçamento de espacialidade e relações sociais em sua dinâmica, o contraste entre ativismos meramente reivindicativos ou mesmo fisiológicos e movimentos sociais arrojados e ambiciosos, o repertório de práticas espaciais dos atores sociais −, isso foi, posso dizer, uma primeira grande fonte de interesse "sério" (tirando um ou outro interesse mais passageiro durante a graduação) e também de inspiração, além de um manancial de "pretextos" para pensar e repensar a Geografia e seu papel. Creio que tenho colaborado, assim, para examinar a geograficidade dos conflitos sociais e da ação coletiva, com destaque para os ativismos e, sobretudo, para os movimentos sociais emancipatórios. Apesar da proximidade com Orlando Valverde, e a despeito de minha dedicação inicial à Geografia Agrária, já em 1982 eu transitava, por meio de um esforço bem solitário de estudo de franjas rurais-urbanas, do foco no espaço rural para um foco nas cidades e nos problemas urbanos. (Orlando me dizia, gracejando: "você se bandeou para a Geografia Urbana, assim como a Miriam Mesquita..." (uma geógrafa que era grande amiga dele). De maneira que, para mim, o estudo dos conflitos, ativismos e movimentos sociais sempre se traduziu como estudo dos conflitos, ativismos e movimentos sociais urbanos (se bem que eu nunca tenha deixado de "esticar o pescoço" e acompanhar a literatura sobre conflitos no campo e ambientais, sobre reforma agrária etc.). Se, nos anos 1980, 1990 e 2000 o meu foco era o ativismo "comunitário" em bairros populares formais e favelas (no tocante a estas últimas, em especial a propósito das suas dificuldades em meio à expansão territorial do tráfico de drogas de varejo), nos anos 2010 eu e minha equipe tivemos uma experiência muito intensa − intelectual, política e emocionalmente falando − de diálogo e interação colaborativa com o movimento dos sem-teto, principalmente na Zona Portuária do Rio de Janeiro. Vem dessa época o início da minha análise da "hiperprecarização" (ou seja, da precarização do mundo do trabalho e dos modos de vida e residência nas condições de um país [semi]periférico) e do papel sociopolítico do "hiperprecariado". Um dos lugares onde esses resultados se acham sintetizados é a coletânea intitulada *Dos espaços de controle aos territórios dissidentes*, de 2015. Outro, mais recente, é o livro *Por uma Geografia libertária*, especialmente em seu longo capítulo final.

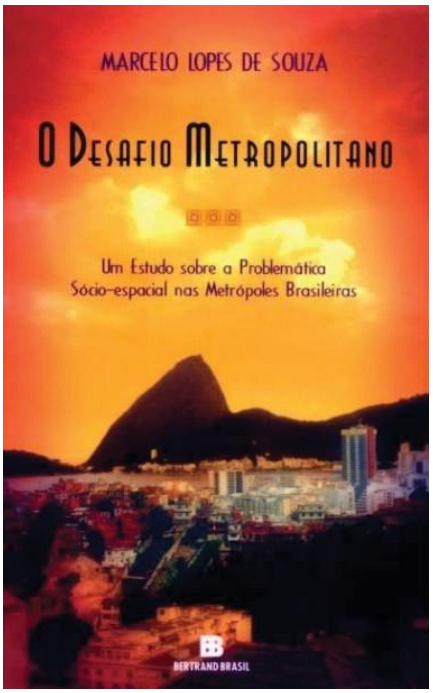


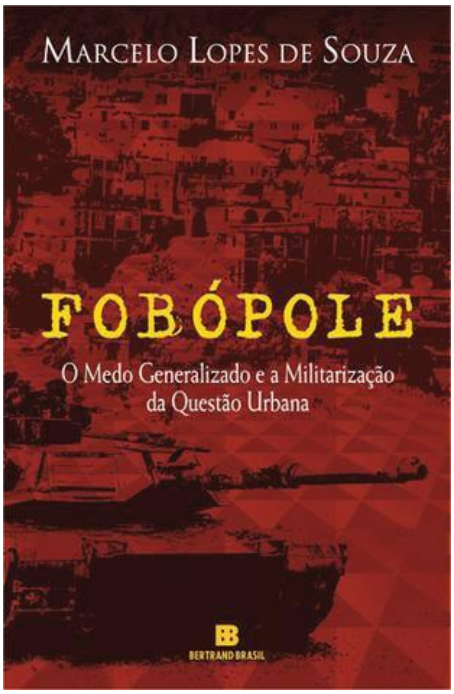


Figs. 3 e 4: Duas contribuições de Marcelo Lopes de Souza sobre a espacialidade dos movimentos sociais: Dos espaços de controle aos territórios dissidentes (2015) e Por uma Geografia libertária (2017).

2) Outra temática à qual passei a me dedicar, no âmbito da minha tese de doutorado sobre a "questão urbana" no Brasil, foi a da violência urbana. Acabei enveredando por pesquisas sobre o papel sócio-espacialmente desestruturador e reestruturador do que chamo de "capitalismo criminal-informal" (que vai do tráfico de drogas de varejo e das "milícias" aos verdadeiros grandes criminosos), e que nos conduz a temas os mais variados, como a ligação entre mecanismos de lavagem de dinheiro e a produção do espaço, ou a formação de enclaves territoriais em espaços tanto segregados (favelas, periferias etc.) quanto autossegregados ("condomínios exclusivos" e congêneres). A rigor, eu nunca desejei me debruçar sobre o assunto da criminalidade violenta "por ele mesmo", muito menos sobre temas como "segurança pública". Acabei pesquisando sobre isso durante cerca de uma década e meia − e daí resultaram trabalhos dos quais gosto muito, como o meu livro *O desafio metropolitano*, de 2000, que recebeu o Prêmio Jabuti em 2001, e mais ainda o livro *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*, de 2008, que foi finalista do mesmo prêmio em 2009 − com a finalidade precípua de melhor entender a dinâmica de produção do espaço nas cidades contemporâneas. No decorrer dessa caminhada, fui sentindo, crescentemente, a necessidade de entrecruzar assuntos como o tema dos ativismos sociais e a problemática da violência e da atuação dos agentes do "capitalismo criminal-informal", pois muitos ativistas (não só nas favelas, mas no próprio movimento dos sem-teto) passaram a sofrer, cada vez mais diretamente, os efeitos da expansão e do domínio territorial de traficantes de drogas e, mais tarde, de "milicianos". O Rio de Janeiro ilustra didática e tristemente essa situação, mas o problema, como mostrei com pormenores em diversas publicações, foi se espalhando ao longo da rede urbana brasileira, foi se generalizando, ainda que não possamos ignorar as variações de intensidade e de formato. Desde

a época da minha tese de doutorado, defendida no início dos anos 1990, estava evidente para mim que, para entender a cidade (as territorializações e desterritorializações, as estigmatizações sócio-espaciais, a economia urbana etc.), era necessário tentar compreender como atuavam diferentes agentes sociais vinculados direta ou indiretamente a práticas espaciais criminosas, bem como tentar entender como a criminalidade violenta era instrumentalizada pelo capital (incluindo a mídia) e o Estado para gerar um quadro em que medidas autoritárias e restritivas de liberdade passaram a ser aceitas e até defendidas por amplos setores da sociedade brasileira, nos marcos de uma brutal *violência estrutural*. O que o livro *Fobópole* escancara é o quanto essa situação toda é, como passamos a ver mais e mais nitidamente, um viveiro de neofascismo e neofascistas.



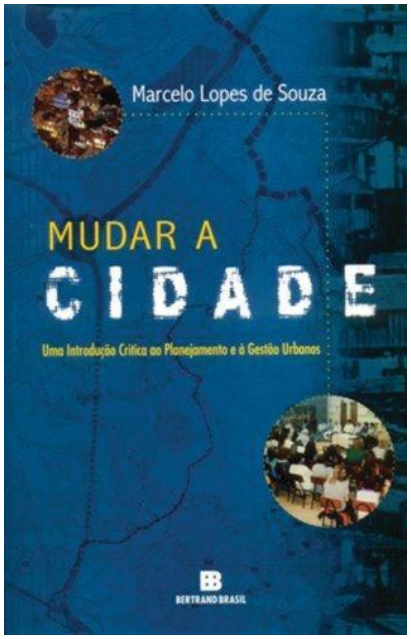


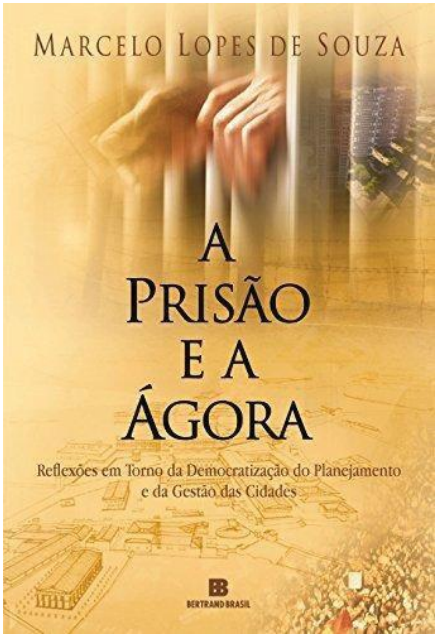
Figs. 5 e 6: Dois livros de Marcelo Lopes de Souza: O desafio metropolitano (2000) e Fobópole (2008), respectivamente ganhador e finalista do Prêmio Jabuti.

3) Um terceiro eixo de esforços diz respeito ao planejamento e à gestão territoriais − com um foco que, sem jamais deixar de ser basicamente sobre as cidades e o urbano, vai se tornar cada vez mais *ambiental*, em um sentido muito abrangente. Ocorre que eu não me aproximei das discussões sobre planejamento (ainda durante o meu doutorado, quando comecei a me ocupar sistematicamente da reforma urbana e seu significado) de um jeito convencional, tecnicista, "chapa-branca". Desde o princípio, a minha intenção era a de submeter planejamento e gestão − seus marcos teóricos, instrumentos etc. − a um rigoroso escrutínio crítico. Não obstante isso, eu não estava inclinado a meramente fazer uma crítica superficial do

planejamento e da gestão territoriais. Em primeiro lugar, porque eu achava e acho crucial recuperar as ideias de planejamento e gestão a partir de um ponto de vista emancipatório, mostrando que *auto*gestão e (como eu irei denominar) "*auto*planejamento" são ou devem ser parte essencial das práticas espaciais emancipatórias de movimentos sociais, com a elaboração de contraplanos e contraprojetos, com a implementação de práticas espaciais insurgentes, com a criação de territórios dissidentes; enfim, com uma política prefigurativa que tente implementar novas territorialidades, que tente refuncionalizar e reestruturar o espaço na medida do possível, e assim sucessivamente. A minha preocupação básica é, assim, com planejamento e gestão (palavras que, equivocadamente, só associamos ao Estado e a iniciativas estatais) sob o ângulo da *ação direta*. Tento, com isso, subverter os significados correntes e demonstrar que novos conteúdos são possíveis e necessários.

Em segundo lugar, porém, eu acho relevante e útil explorar os limites conjunturais da *luta institucional*; ou seja, de algo que, estruturalmente, seguramente é, de um ponto de vista autonomista-libertário, inarredavelmente limitado e cheio de armadilhas, mas nem por isso irrelevante. Quais as margens de manobra oferecidas por brechas legais e oportunidades institucionais conjunturais? Quais os riscos de cooptação, e quais os riscos de tentar, pelo contrário, simplesmente fingir que certos canais "participativos" não existem, sob algumas conjunturas? Como se apresenta a heterogeneidade das diversas instâncias e dos diversos organismos estatais? É possível tirar proveito disso, explorando tensões e contradições internas? Quais os limites da pressão popular para, por exemplo, arrancar políticas públicas redistributivas sem se deixar amansar? São questões como essas que me fiz e me faço há trinta anos. O trabalho que sintetiza as melhores conclusões a que cheguei (e que representa, aliás, o que fiz de melhor a respeito desse assunto) é meu livro *A prisão e a ágora*, de 2006. A minha maneira de lidar com determinados problemas que haviam sido já enfrentados em trabalhos anteriores, especialmente no livro *Mudar a cidade*, de 2002 − os limites e os riscos da luta institucional e a primazia da ação direta, o papel das organizações de movimentos sociais como agentes de práticas espaciais insurgentes e criadores de territórios dissidentes, a relação de distintas concepções de planejamento e gestão territorial com autonomia e heteronomia, e assim sucessivamente − atingirá sua mais precisa e madura expressão em *A prisão e a ágora*.





Figs. 7 e 8: Mudar a cidade (2002) e A prisão e a ágora (2006) são dois dos livros nos quais Marcelo Lopes de Souza examina e tenta subverter o significado corrente da ideia de "planejamento urbano".

4) Finalmente, um quarto eixo diz respeito à minha insistência, há muito tempo, sobre a necessidade de nos ocuparmos com o espaço geográfico para além de um "espaço social" do qual se tenha feito abstração dos fatores geobiofísicos, ou seja, da "primeira natureza", da "natureza natural". Por mais que o meu próprio olhar não seja sobretudo "ecogeográfico" (lembrando, mais uma vez, do belo termo "Ecogeografia", da lavra de Jean Tricart), mas sim uma abordagem de "Geografia Social" (no que presto tributo à expressão que nos foi legada principalmente por Élisée Reclus, e que é mais profunda e precisa que "Geografia Humana"), os fatores geobiofísicos ou geoecológicos fazem parte do contexto que informa as minhas pesquisas e reflexões em torno de temas como a governamentalização da natureza, a securitização do ambiente e a injustiça ambiental. Tenho salientado isso bastante, particularmente em palestras, cursos e publicações dos últimos anos, a exemplo do meu livro *Ambientes e territórios*, de 2019. Sobre esse eixo, posso ainda acrescentar que a minha manifesta intenção tem sido a de colaborar para trazer o estudo das cidades e da urbanização mais fortemente para dentro da Geografia Ambiental e da Ecologia Política, assim como, na direção inversa, contribuir para trazer uma perspectiva ambiental abrangente e crítica, político-ecológica, para os estudos urbanos (que são, amiúde, conduzidos como se nas nossas cidades não existissem deslizamentos, inundações e alagamentos, poluição, formação de ilhas de calor etc., ou como se esses fenômenos fossem de somenos importância no que tange a compreender diversos aspectos da produção social do espaço e da dinâmica sócio-espacial, como o sofrimento associado a situações de segregação residencial e injustiça ambiental).

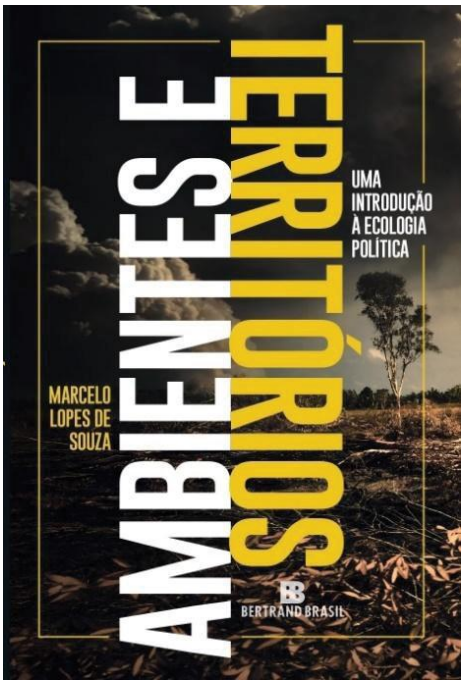


Fig. 9: Ambientes e territórios (2019), livro no qual Marcelo Lopes de Souza sublinha a relevância do entrelaçamento dos conhecimentos oriundos da pesquisa sócio-espacial com aqueles da pesquisa a propósito de processos, dinâmicas e ciclos geobiofísicos.

Me perdoe pela longa resposta... Enfim, eu ressalto que, apesar dos distintos focos e ênfases, quase tudo está, naquilo que eu fiz profissionalmente, interligado. Muitíssimas vezes, uma coisa preparou o terreno para outra ou ajudou a lidar com outra, em maior ou menor grau. Talvez isso tenha algo a ver com hábitos de infância pobre: não gosto de desperdiçar nada...

RAG: De fato, em seu livro mais recente – *Ambientes e territórios* −, fica patente a ênfase crescente que você vem pondo, principalmente nos últimos dez anos, na dimensão ambiental (em sentido amplo) dos processos de produção social do espaço. Como você contextualiza, à luz da sua trajetória, esse "giro" em sua caminhada de pesquisa, reflexões e publicações?

MLS: Bom, em primeiro lugar, devo esclarecer que não se tratou exatamente de um "giro". O que uns tantos colegas têm percebido como um "giro" foi, em realidade, uma *alteração de ênfase* e, ao mesmo tempo, uma *mudança de prioridade*. Isso tem me levado, mais ou menos nos últimos dez anos, a uma dedicação mais explícita e sistemática a problemas e assuntos *dos quais, todavia, nunca deixei de me ocupar* − e que *sempre me preocuparam*. Quero lembrar que o meu primeiro livro, que assinei como coautor em 1987, quando ainda estava no mestrado, e que saiu publicado pela editora da UFRJ, tem por título *Análise Ambiental*; também posso mencionar o fato de que meu livro *O desafio metropolitano*, de 2000, traz um capítulo sobre a dialética entre segregação residencial e problemas ambientais (como desastres ligados a deslizamentos) e um outro, de cunho crítico, sobre o "desenvolvimento urbano susten-

tável". Desde os tempos de estudante de graduação e de mestrando, em parte por influência valverdiana, mas em parte devido a leituras que fiz desde já muito cedo (de autores da Ecologia Política, como André Gorz/Michel Bosquet, Jean-Pierre Dupuy e Carlos Walter Porto-Gonçalves, até Edgar Morin, passando pela Economia Ecológica de Herman Daly), a "problemática ambiental" me interessava sumamente, sempre articulada a uma crítica do capitalismo. O que ocorre é que a pouquíssima atenção devotada a essa temática pelos estudiosos do urbano, particularmente no Brasil, com certeza terminou por me influenciar − não no sentido de negligenciar os temas e problemas "para mim mesmo", coisa que nunca cogitei, mas no sentido de não fazer deles os motivos condutores de minhas pesquisas, ou de lhes dar o destaque que mereciam. A "virada" ou o "giro", se algo assim ocorreu, não foi em minhas convicções intelectuais, mas, aí sim, na minha disposição em assumir publicamente uma espécie de "paixão secreta" (a rigor, não tão secreta; porém, não reconhecida com todas as letras e com a necessária clareza). Ao mesmo tempo, interpreto essa evolução de minha trajetória como uma espécie de "reencontro" com o legado de meu mestre Orlando Valverde, em um outro patamar.

Assumir mais abertamente aquela paixão pelas conexões ecológico-sociais − que, no meu entendimento, é uma paixão pela Geografia em um sentido simultaneamente amplo e visceral do termo − exigiu coragem. Eu sabia que enfrentaria resistências e preconceitos, a começar pela Geografia Urbana brasileira, ou seja, começando pela minha própria "casa". Por isso, é verdade, a minha mudança de ênfase foi gradual, com a introdução paulatina de determinados argumentos que seriam retomados por mim, posteriormente, de maneira mais aprofundada (vide, por exemplo, o capítulo sobre "Espaço geográfico" de meu livro *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*, de 2013). Quando, ao ser convidado para proferir a conferência de abertura do XI ENANPEGE, resolvi explicitar as minhas novas prioridades, eu sabia muito bem que corria o risco de ser mal interpretado (ou, em muitos casos, "bem interpretado": nem sempre se trata de não entender o que tenho defendido, mas sim de não concordar com as minhas objeções contra a "purificação epistemológica" e com a minha advocacia por uma Geografia Ambiental e pela construção de objetos de conhecimento híbridos). Aquela conferência de abertura do ENANPEGE de Presidente Prudente foi, para mim, um divisor de águas em matéria de explicitação de um posicionamento; e, para muita gente, com certeza a minha conferência foi uma surpresa e, para alguns, provavelmente uma certa "decepção"... Nunca me senti, contudo, tão bem em minha própria pele, e o texto que serviu de base à conferência, mais tarde publicado, é um dos mais programáticos e contundentes que já escrevi.



Fig. 10: O entrevistado durante a conferência de abertura do XI ENANPEGE, em 9 de outubro de 2015, na UNESP de Presidente Prudente (foto: autore desconhecido).

O que fiz, nos últimos dez anos, foi, cada vez mais, tentar refinar as minhas posições teórico-conceituais e metodológicas e as minhas convicções de ordem epistemológica (sobre o papel e as potencialidades da Geografia, as relações entre Geografia Ambiental e ecologia política, e por aí vai), com a ajuda de muita pesquisa empírica. Ora, pesquisa empírica de algum fôlego nunca é uma empreitada solitária; precisamos de colaboradores, de parceiros, de "cúmplices existenciais", que apostem na mesma causa. Meus orientandos de graduação, mestrado e doutorado, assim como eventuais outros colaboradores do Núcleo de Pesquisas em Geografia Ambiental e Ecologia Política (GAEP) que coordeno no Departamento de Geografia da UFRJ, têm sido o esteio no qual se apoia todo o esforço de pesquisa que se tem ali desenvolvido, e cuja espinha dorsal, ou o centro das nossas atenções, é, precisamente, a análise, a reflexão em torno da (in)justiça ambiental. Juntos, planejamos nossos trabalhos de campo, vamos a campo e discutimos o "pós-campo"; juntos, em gabinete, debatemos textos, dados e resultados, elaboramos mapas e conversamos sobre assuntos profissionais e de formação política (análises de conjuntura, por exemplo); juntos, organizamos eventos, todo o tempo, pois somos irrequietos e sabemos que precisamos publicizar de todas as formas as nossas ideias; por fim, mas não com menos importância, pensamos juntos, sistematicamente, sobre as estratégias e formatos de colaboração com atores externos à universidade (especialmente ativistas e movimentos sociais).





Figs. 11 e 12: Marcelo Lopes de Souza e membros de sua equipe em dois momentos diferentes e dois lugares que têm sido foco de várias pesquisas do GAEP: à esquerda, a zona de amortecimento do Parque Nacional da Tijuca, em fotografia de 2015 (foto: Otávio Barros); à direita, o entorno da siderúrgica Ternium, às margens da Baía de Sepetiba (Zona Oeste do Rio de Janeiro), em fotografia de 2022 (foto: Adriana Filgueira Leite).

Além de procurar oferecer respostas e desenhar alternativas no âmbito do debate de ideias, dos projetos de pesquisa e das colaborações do GAEP com diferentes atores sociais, tenho buscado, desde 2017, contribuir igualmente no plano institucional em escalas supralocais. 2017 foi o ano em que propus a alguns colegas (inicialmente, um pequeno grupo que incluía Carlos Walter Porto-Gonçalves, Dirce Suertegaray, Luiz Fernando Scheibe, Wagner da Costa Ribeiro, João Lima Sant'Anna Neto, Luciano Zanetti Pessôa Candiotto, Rebeca Steiman e Paulo Pereira de Gusmão) a criação da Rede de Pesquisadores em Geografia (Socio)Ambiental, a RP-G(S)A. Essa rede, que vem se expandindo ininterruptamente, embora organicamente, e já conta com quase trinta membros permanentes (mais os nossos orientandos de pós-graduação) de duas dezenas de instituições, foi responsável, em 2018, pela organização do I Simpósio Nacional Geografia, Ambiente e Território (I SIMGAT), que teve lugar na UNESP de Presidente Prudente. E a partir da rede surgiu, em 2019, a *AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política*, que certamente já é motivo de orgulho para a Geografia brasileira. Voltada para a Geografia Ambiental e a Ecologia Política, *AMBIENTES* é um periódico temático, conquanto de espectro muito amplo, que tem ajudado a construir laços internacionais e, sobretudo, continentais, ao publicar relevantes artigos de colegas de países como Argentina e Chile.

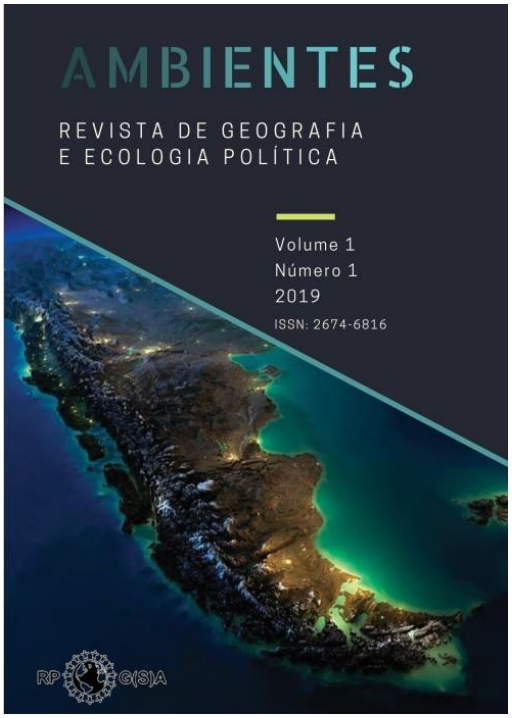


Fig. 13: Capa do primeiro número de AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política, lançada em 2019. Note-se o destaque, nada gratuito, dado ao Cone Sul, refletindo um desejo de que o periódico sirva de veículo de aproximação entre pesquisadores (e ativistas) em escala continental.

RAG: Desdobrando a pergunta anterior, e aproveitando a sua resposta, como você vê a conexão entre Ecologia Política e Geografia?

MLS: As relações entre a Geografia e a Ecologia Política são vistas, por mim, como constituindo um vínculo de complementaridade. No caso, a "Geografia" à qual me refiro é, por óbvio, sobretudo a própria Geografia Ambiental, e não uma Geografia Humana desinteressada pelas ciências naturais e pela dimensão geoecológica ou geobiofísica da realidade, mas tampouco uma Geografia Física que desdenhe, subestime ou banalize (sob a forma de "fator antrópico") as relações sociais e a produção social do espaço. Aquilo que a Ecologia Política representa há meio século, em uma escala epistemológica *inter*disciplinar, a Geografia Ambiental vem tentando representar, como um esforço renovado (mas com antigas raízes) de valorizar o que chamo de a "mestiçagem epistemológica" intrínseca à identidade da Geografia, em uma escala mais reduzida, *intra*disciplinar. Entretanto, se a Ecologia Política, na qualidade de campo interdisciplinar (e, para muitos, também uma forma de ativismo, notadamente na América dita "Latina"), foi uma construção que teve origem basicamente entre as humanidades e ciências da sociedade − e, por isso, é preciso lembrar, de tempos em tempos, que a Ecologia Política não pode "esquecer" do conhecimento (geo)ecológico, sob pena de se enfraquecer e empobrecer −, a Geografia Ambiental tem de assumir, com maior nitidez, sua condição de conhecimento epistemologicamente "bipolarizado"

− uma sinergia, um olhar derivado do encontro da pesquisa ecogeográfica com a sociogeográfica.

Eu diria que a Geografia Ambiental pode e deve se inspirar na Ecologia Política (muito embora possa e deva se inspirar também, por exemplo, em um geógrafo como Élisée Reclus) para constatar como é perfeitamente possível (e necessário!) politizar a análise do metabolismo ecológico-social de modo socialmente crítico, sem medo de, por abraçar a construção de objetos de conhecimento híbridos, se autocondenar, *a priori*, a uma espécie de superficialidade. A superficialidade não vem daí, mas sim da incapacidade de integrar elementos e articular fatores com respaldo em alicerces e uma argamassa teórico-metodológicos consistentes. Ou, também, de uma certa ingenuidade política. Uma ingenuidade que se revela até mesmo em alguém do calibre intelectual de um Bruno Latour (recentemente falecido), que qualificou "a ecologia", em entrevista ao jornal *Le Monde* de dezembro de 2021, como "a nova luta de classes" − uma tirada extremamente infeliz, por suas implicações potencialmente ultraconservadoras. Quando um marxista como o brilhante João Bernardo ataca o pensamento ecológico, chamando-o de "fascista", dele discordo veementemente, pela generalização abusiva: afinal, se há abundantes evidências de raízes reacionárias e de apropriações fascistas da "ecologia" (do próprio Ernst Haeckel ao ecofascismo contemporâneo, passando pelo Terceiro Reich), não faltam, também, evidências de usos emancipatórios, da *social ecology* do neoanarquista Murray Bookchin à pletora de ativismos e movimentos sociais que resistem à barbárie e ao colonialismo neoextrativista, do agronegócio etc. A "ecologia", enfim, é uma arena de disputa política e simbólica. No entanto, cada vez que se lê ou ouve algo como "a ecologia é a nova luta de classes", leva-se água para o moinho de uma interpretação como a de Bernardo, pois o que se tem, aí, é o contrário do espírito da Ecologia Política: em vez de uma politização genuinamente crítica do metabolismo ecológico-social, o desafio planetário é convertido em fator de equalização de interesses − é o famoso "estamos todos no mesmo barco"... Com isso, é ocultado um fato básico: no "barco" em questão, a Terra, há, como no *Titanic*, uma "primeira classe", uma "segunda classe" etc., e sempre haverá, para alguns, pelo menos "botes salva-vidas", isto é, a possibilidade de evitar ou adiar longamente o pior para eles mesmos. Ora, *as questões ecológico-sociais atravessam e evidenciam as desigualdades e os conflitos sociais*. Ajudar a explicitar isso, e não a mascarar essa circunstância, é o papel da Ecologia Política, e uma das formas como ela pode auxiliar os geógrafos a encararem o ambiente e os problemas ambientais de forma não ingênua.

Em acréscimo ao que eu acabei de dizer, a Geografia Ambiental tem na Ecologia Política uma fonte de numerosos exemplos de como encetar e aproveitar o diálogo de saberes, o cruzamento do conhecimento científico ou acadêmico com os conhecimentos vernaculares. Não que essa prática seja estranha aos geógrafos, mas é inegável que os ecologistas políticos − entre eles muitos geógrafos, ao lado de antropólogos e outros − têm se empenhado com particular intensidade, há várias décadas, para mostrar o quanto esse diálogo é eticamente imprescindível e intelectualmente frutífero.

De sua parte, a Ecologia Política também pode se beneficiar, e muito, da presença dos geógrafos. Afinal, os ecologistas políticos não podem esquecer ou negligenciar o conhecimento geobiofísico ou ecológico, conforme já advertiram Peter Walker e vários outros autores (entre os quais eu mesmo). Quanto a isso, ninguém melhor que os próprios geógrafos para contribuir com essa dimensão de coerência e consistên-

cia da Ecologia Política.

Conforme eu já frisei em uma resposta anterior, o mundo e a Geografia estão, ambos, em uma encruzilhada. O diálogo com a Ecologia Política é uma das chaves para que a Geografia possa estar antenada com a missão de denunciar não somente os aspectos antissociais do capitalismo, mas também o seu caráter antiecológico intrínseco.

"Não tá morto quem peleia"

RAG: Como você avalia a pós-graduação em Geografia no Brasil, especialmente a partir da expansão dos cursos ocorrida nos últimos anos? O que representa o "pulo" dos cursos de pós-graduação do Eixo Rio-São Paulo para os demais estados e regiões em termos de formação de mestres e doutores, e, também, de leitura e interpretação do país?

MLS: O reconhecimento da necessidade de autonomia dos lugares para que se construam agendas próprias e ferramentas compatíveis com as demandas locais e regionais tem de ser ponto pacífico. Por outro lado, a desconcentração e, mais do que isso, a descentralização (porque, ao fim e ao cabo, é de relações de poder que se trata), precisam estar lastreadas, ancoradas em condições materiais e institucionais. E isso tem faltado, até mesmo para os chamados "grandes centros", vale dizer, para os cursos mais antigos e consolidados. A boa formação em Geografia não é barata. Geografia é um curso relativamente caro, que exige investimento: investimento em laboratórios, em trabalhos de campo, em geotecnologias... Para não falar do óbvio: necessitamos de boas bibliotecas e bons ambientes de estudo, com inclusão di-gital. Passamos, no Brasil, de uns poucos centros de pós-graduação − situação que perdurou por décadasa fio −, para um aumento quase exponencial, em um período relativamente curto. E o apoio em matériade infraestrutura esteve muito longe de ser proporcional ao crescimento do número de cursos de mestra-do e doutorado. Na verdade, as dificuldades (às vezes, quase penúria) tem atingido até mesmo os centrosmais antigos e fortes, como se viu na conjuntura política dos anos recentes. Com tudo isso, houve uma expansão incrível, aos trancos e barrancos, mas que carrega, em seu bojo, grandes contradições também. Isso é bem a cara de um país semiperiférico, no qual quase nunca se deu grande importância à educação e, muito menos, à ciência e às universidades.

Na esteira dessa expansão da pós-graduação, tivemos e estamos tendo ganhos consideráveis, e determinadas conquistas são, assim quero crer, irreversíveis: o ganho de autoestima coletiva; o aumento de capacidades autóctones locais e regionais; a diversificação dos olhares. Ao mesmo tempo, contudo, as assimetrias permanecem, e até mesmo as subalternizações epistêmicas, embora às vezes um pouco disfarçadas, até mesmo com a ajuda de arranjos institucionais pautados por relações de tutela. É preciso partir do que se conquistou, a duras penas, para ir adiante. Todavia, será que todo mundo está realmente interessado em tematizar e enfrentar as contradições? Ou será que, em não poucos casos, se preferirá

conviver com elas, em uma acomodação que, no frigir dos ovos, será um fator limitante do amadurecimento da produção de conhecimento crítico e de qualidade de forma descentralizada? O futuro dirá. Porém, é muito estimulante observar como as contribuições de pesquisadores "periféricos" em relação ao famigerado "Eixo Rio-São Paulo", com suas preocupações e biografias inconfundíveis, estão adquirindo visibilidade e, muitas vezes, protagonismo. Que o patamar já alcançado possa ser ultrapassado; que saibamos evitar uma estagnação ou, pior ainda, retrocessos: é nessa direção que se faz necessário lutar.

RAG: Quais são, para você, os grandes desafios teóricos e políticos da Geografia brasileira?

MLS: Em primeiro lugar, vale a pena salientar que desafios teóricos (ou, mais amplamente, intelectuais e científicos) e políticos são, ao mesmo tempo, inconfundíveis e indissociáveis, ao menos de um ponto de vista que recuse a quimera positivista da "neutralidade científica". A *honestidade intelectual*, que necessita ser cultivada com empenho e firmeza, é uma coisa; uma ilusória "neutralidade" com relação a valores, em contraste, é algo muito diferente.

Dito isso, eu quero sublinhar que um dos desafios não só para a Geografia, mas para o mundo acadêmico em geral, em um país do Sul Global como o Brasil, é o de cultivar a autoestima coletiva sem, por outro lado, cair em um provincianismo no estilo "só lemos nós mesmos, só citamos nós mesmos". Quando eu descrevi, ainda há pouco, os quatro eixos temáticos ao redor dos quais têm gravitado os meus interesses intelectuais, faltou dizer algo. Há um sentimento que tem permeado, seja direta ou indiretamente, tudo o que tenho feito: a convicção de que cada um de nós precisa estar cônscio de sua situacionalidade histórico-geográfico-cultural. Isso tem sido, para mim, especialmente claro desde a época do meu doutorado na Alemanha (entre 1989 e 1993). Sobre essa estada, a primeira de muitas no Norte Global (como pesquisador ou professor visitante, participante de eventos etc.), posso dizer que foi um divisor de águas em minha vida. Não apenas ou não tanto pelo que aprendi profissionalmente − e seguramente me dediquei e tentei aprender o máximo possível, tanto que me doutorei com *summa cum laude* −, mas, acima de tudo, pelo que aprendi "existencialmente". Até aquele momento, na virada dos anos 1980 para os anos 1990, a minha sensibilidade socialmente crítica orbitava, basicamente, ao redor dos conflitos e da consciência de classe. É verdade que eu não era alheio à problemática do machismo, até mesmo porque havia sido testemunha de violência de gênero e doméstica já bem criança; tampouco me escapava, obviamente, a existência do racismo, no mundo e no Brasil. Porém, eu não estava atento ao eurocentrismo, e, enquanto brasileiro classificado como branco, embora de origem humilde, eu não tinha experimentado diretamente nenhum tipo de preconceito racial. A dolorosa experiência de vivenciar a arrogância eurocêntrica e preconceitos de fundo racista ou xenofóbico começou a me abrir mais e mais os olhos para a profundidade das mais diversas dimensões de opressão.

Por mais que as minhas estadas como pesquisador e professor em países do Norte Global tenham sido gratificantes profissionalmente e, mais que isso, me tenham sido esclarecedoras sobre várias questões − como a assustadora capilaridade social do racismo e a persistência do eurocentrismo até mesmo entre intelectuais de esquerda, assunto sobre o qual tenho investigado e refletido há muitos anos, sem medo de gerar desconforto em quem quer que seja −, são as minhas interações com pesquisadores e ativistas de

países periféricos ou semiperiféricos como o Brasil que me têm propiciado as principais fontes de inspiração ético-política. A condição geoeconômica e geopolítica (semi)periférica nos aproxima e nos permite, a brasileiros, mexicanos, argentinos etc., enxergar paralelos úteis; por outro lado, a incrível diversidade de contextos culturais e trajetórias históricas é uma valiosíssima fonte de ensinamentos acerca das potencialidades, das particularidades locais, regionais e nacionais e dos obstáculos rumo à superação da heteronomia e à emancipação social. Abrir-se a esse aprendizado é, mais do que ampliar os horizontes, vacinar-se contra as fórmulas excessivamente gerais, contra as importações de agendas de pesquisa e abordagens teóricas, contra a insensibilidade cultural perante o próximo (o vizinho "latino"-americano, por exemplo) e o fascínio colonizado em face do distante que nos esforçamos subservientemente para emular (as matrizes acadêmico-intelectuais estadunidense ou europeias). Por esse motivo, tenho grifado a necessidade de valorizarmos o diálogo e a cooperação Sul-Sul. Minhas andanças pela África do Sul (três vezes), pela Argentina (várias vezes) e pelo México (três vezes), entre outros lugares, estou certo disso, ajudaram a moldar o tipo de pesquisador que sou e que, conscientemente, tenho desejado ser.

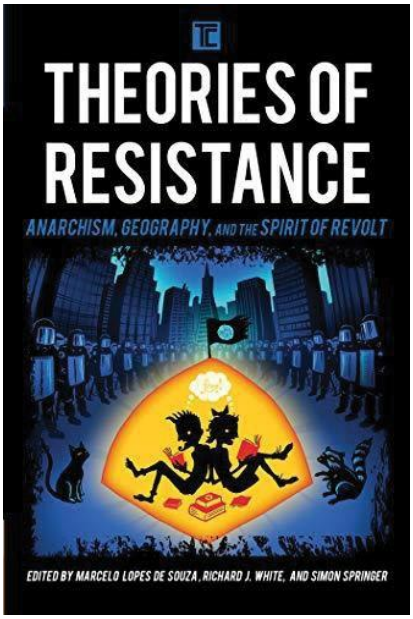


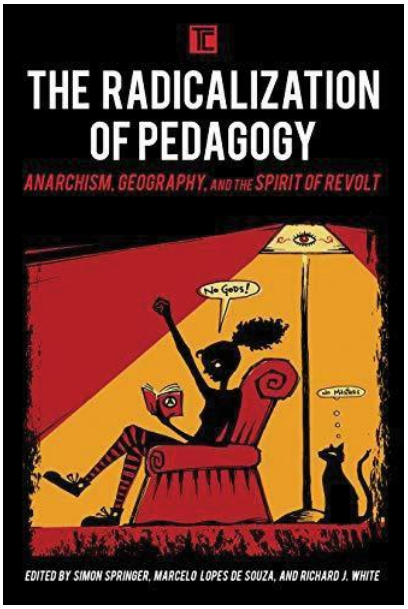


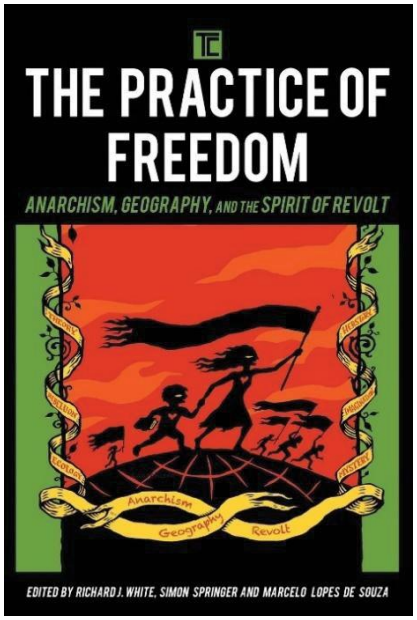


Figs. 14, 15 e 16: Três momentos das "andanças" do entrevistado pelo Sul Global. Na fig. 14, um momento de descontração e degustação de cerveja artesanal durante visita, a convite do colega Mzwanele Mayekiso, então professor na Universidade de Witwatersrand Joanesburgo), da township Alexandra, na qual Mzwanele havia crescido até ser forçado ao exílio nos Estados Unidos pelo regime sul-africano (foto: Mzwanele Mayekiso, 2004). Na fig. 15, um grupo de piqueteros de Buenos Aires, entre os muitos que receberam o entrevistado de braços abertos e o auxiliaram de diversas maneiras, em várias ocasiões (foto: Marcelo Lopes de Souza, 2007). Na fig. 16, aula para pós-graduandos do curso de Estudios Latino-Americanos da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), Cidade do México (foto: Efraín León Hernández, 2007).

Porém, atenção: não se trata, em absoluto, de voltar as costas ao Norte Global e aos seus recursos e tradições intelectuais! Isso seria, justamente, o tipo de provincianismo que, como eu disse há pouco, deve ser evitado a todo custo, por ser, mais que ridículo, um tanto patético, ou quixotesco. Aliás, se eu sugerisse algo assim, estaria sendo hipócrita e incoerente, pois de meu diálogo − às vezes tenso, mesmo quando produtivo − com colegas do Norte Global resultaram numerosas iniciativas, como aquela que rendeu os três livros que, em 2016, organizei junto com os colegas Simon Springer e Richard White.







Figs. 17, 18 e 19: Exemplo de um diálogo Norte-Sul pautado por genuína camaradagem e vigilância constante para não reproduzir vícios hierárquicos: a trilogia "Anarchism, Geography, and the Spirit of Revolt", publicada na Inglaterra em 2016 e organizada pelo entrevistado, Simon Springer e Richard J. White.

O mundo é feito de cruzamentos e entrecruzamentos de ideias, de diálogos assumidos e não assumidos, de conversas nas linhas e nas entrelinhas; nossa resposta à arrogância eurocêntrica, ao imperialismo linguístico e ao colonialismo estrutural não há ser pela via do isolacionismo e de um "patriotismo acadêmico" exacerbado. Não devemos, por exemplo, nos recusar a publicar em inglês; pelo contrário: devemos nos esforçar para participar de eventos científicos e nos fazer presentes em periódicos no exterior. Entre outras coisas, publicar em inglês é válido e útil por diminuir o risco de problemas que já vi acontecerem várias vezes: pioneirismo não reconhecido pelo fato de uma contribuição de um autor do Sul Global ter sido feita em espanhol ou português (ou outra língua que não o inglês); plágio aberto ou disfarçado (de uma "inspiração" sem o devido crédito até o furto ou uso impróprio de informações) de alguém baseado no Sul Global, cometido por colegas que se valem de uma certa sensação de impunidade embebida em prepotência. Contudo, precisamos insistir em fazer isso nos *nossos* termos, e não nos termos *deles*: precisamos lembrar e, se necessário, exigir que se leve em conta que nós também temos nossas tradições, nossa produção autóctone e nossos autores, o que significa que as citações e os apoios bibliográficos devem ter significância para uma audiência mais ampla que inclua, obviamente, também os leitores (colegas, estudantes etc.) da nossa própria matriz científico-cultural; devemos envidar esforços para publicar em inglês no nosso próprio país (sempre, contudo, paralelamente a uma versão em português!), para que tenhamos maior controle; resumos bastante expandidos, na própria língua materna de um autor ou autora do Sul Global, deveriam acompanhar artigos em inglês publicados em periódicos do Norte Global. Fiz algumas críticas e dei algumas sugestões como essas quando, entre 2010 e 2014, integrei o corpo editorial da revista *Antipode* − e algumas foram aceitas, embora de forma incompleta.

Todo conhecimento é expressão de relações sociais, que se dão em um contexto histórico e geográfico particular. Isso vale até para as ciências da natureza, que não deixam de ser fruto de uma época e sofrer a influência de fatores externos (nível das técnicas, estado das instituições e, no limite, existência de incentivo para pensar livremente e de liberdade para difundir os resultados do pensamento). No caso da pesquisa social, então, nem se fala, pois o vínculo entre aspectos metateóricos (visão de mundo, convicções éticas e políticas, subjetividade etc.) e a construção teórica, ou dos próprios objetos de conhecimento − e das próprias agendas de pesquisa −, no caso dela, é muito mais direto. A relação entre sujeito e objeto muda de qualidade quando comparamos pesquisas sobre matéria inanimada com pesquisas sobre seres vivos, e pesquisas sobre animais não humanos com pesquisas sobre seres humanos, suas culturas e sociedades. As questões éticas se tornam mais complexas, assim como aparecem desafios específicos. Para a ciência brasileira como um todo, mas mais particularmente para a pesquisa social (o que abrange a Geografia, em maior ou menor grau), os próximos anos serão extremamente desafiadores. A conjuntura ultraconservadora e cada vez mais autoritária, com um cristalino componente neofascista, que vem se espraiando pelo mundo nos últimos anos − e que, ao que parece, estamos diante de uma longa conjuntura −, requer e requererá dos inconformistas, cada vez mais, disposição para resistir ao assédio e à opressão, criatividade para driblar as pressões obscurantistas e capacidade de não se deixar tragar pelo torvelinho do desespero e da melancolia. Há um dito popular no Rio Grande do Sul do qual eu gosto muito: "Não tá morto quem peleia". Mais do que nunca, essa deverá ser a divisa de uma Geografia que se coloque como crítica das desigualdades e injustiças. Sobreviver intelectual e politicamente, preservando a coerência, a integridade e a saúde mental: eis o grande desafio que, no fundo, muitos de nós teremos crescentemente pela frente, no Brasil e em outros tantos países.